

PLANO GERENCIAL DE
INVESTIMENTOS
PGI

01 | 2026

Índice

1	INTRODUÇÃO	4
2	A ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS PARA 2026	4
2.1	CENÁRIOS PROSPECTIVOS	6
2.1.1	<i>Cenário Externo</i>	6
2.1.2	<i>Cenário Doméstico</i>	7
3	DIRETRIZES DE ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA 2026	7
3.1	RENDA FIXA	8
3.1.1	<i>Títulos indexados à inflação (IPCA)</i>	9
3.1.2	<i>Títulos prefixados</i>	9
3.1.3	<i>Títulos atrelados ao CDI/Selic</i>	10
3.2	RENDA VARIÁVEL	11
3.3	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	12
3.4	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	13
3.5	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	13
3.6	EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	14
3.7	RESUMO DA ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO	15
4	COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTO	15
4.1	COMO DEFINIMOS AS ALOCAÇÕES OBJETIVO DO ANO?	15
4.2	COMO SÃO TOMADAS AS DECISÕES DE INVESTIMENTO DENTRO DE CADA SEGMENTO?	16
4.3	VISÃO GERAL DA ALOCAÇÃO POR PERFIS DE INVESTIMENTO	16
4.4	PERFIS DE INVESTIMENTO COM GESTÃO PASSIVA	18
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTO	20
5	ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA E RISCOS AO LONGO DO ANO	21
	ANEXO I - CONTEXTO INSTITUCIONAL E HISTÓRICO DO PLANO GERENCIAL DE INVESTIMENTOS	23
	ANEXO II - GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS	25
	ANEXO III - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E PROCESSO DECISÓRIO DE INVESTIMENTOS	30
	ANEXO IV - COMO FUNCIONAM OS PERFIS DE INVESTIMENTOS?	33
	ANEXO V - PERFIS DE INVESTIMENTO COM GESTÃO PASSIVA	36
	<i>Alterações de Índices de Referência e Regras de Migração</i>	38
	ANEXO VI - FUNDO DE COBERTURA DE BENEFÍCIOS EXTRAORDINÁRIOS (FCBE) E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	41
	ANEXO VII - PROCESSO DE ESCOLHA DE EMISSORES, INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS E DOCUMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES	44

ANEXO VIII - COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA, VEÍCULOS DE INVESTIMENTO E ESTRUTURA DE CUSTOS	46
ANEXO IX - COMITÊ DE INVESTIMENTOS: ATUAÇÃO, ESTRUTURA E CAPACITAÇÃO PERMANENTE.....	53
ANEXO X - METODOLOGIA DE ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA, FRONTEIRA EFICIENTE E PARÂMETROS DE ALOCAÇÃO	55

1 Introdução

Este Plano Gerencial de Investimentos (PGI) foi elaborado para compartilhar, de forma clara e transparente, como a Funpresp-Jud enxerga o cenário de investimentos para o ano e quais são as principais diretrizes que orientarão as decisões ao longo desse período.

Mais do que um documento técnico, o PGI é um instrumento de alinhamento. Ele conecta o cenário econômico, os objetivos de longo prazo da Fundação e as escolhas estratégicas que precisam ser feitas no curto e no médio prazo.

Ao longo deste documento, apresentamos:

- a leitura do cenário que embasa nossas decisões;
- as prioridades estratégicas para o ano;
- os principais direcionamentos para a gestão dos recursos dos planos;
- e os temas que exigirão maior atenção ao longo do período.

O PGI não substitui a Política de Investimentos. Ele a complementa. Enquanto a Política estabelece as diretrizes estruturais de médio e longo prazos, o PGI traduz essas diretrizes para o contexto específico do ano, explicitando o “como” e o “por quê” das escolhas estratégicas.

Para tornar a leitura mais fluida e acessível, o documento principal foi construído com foco nas mensagens essenciais e no direcionamento estratégico. Informações de caráter mais institucional, histórico ou técnico foram organizadas em anexos, permanecendo disponíveis para consulta sempre que necessário.

Nosso convite é simples: que este PGI seja lido como uma conversa aberta sobre estratégia, riscos e decisões; e não apenas como mais um documento formal.

Uma observação antes de seguir a leitura: apesar da extensão do documento, o conteúdo central está organizado de forma objetiva nos capítulos iniciais. Os detalhes técnicos e institucionais foram reunidos em anexos ao final, para consulta dos leitores que desejarem um nível adicional de aprofundamento.

2 A estratégia de investimentos para 2026

O ano de 2026 se inicia após um período bastante positivo para os investimentos da Funpresp-Jud. A combinação de juros elevados, maior estabilidade no ambiente econômico doméstico e bom desempenho dos mercados de risco resultou em rentabilidades relevantes, superiores ao índice de referência, reforçando a solidez da estratégia adotada nos últimos anos.

Esse cenário favorável, no entanto, não é interpretado pela gestão como um ponto de chegada, mas como um momento de reflexão e ajuste fino. Os mercados financeiros tendem a antecipar movimentos antes que eles se tornem evidentes na economia real. A experiência mostra que aguardar a completa dissipação das incertezas para tomar

decisões costuma significar agir tarde, quando parte relevante das oportunidades já foi incorporada aos preços.

Nesse contexto, a estratégia para 2026 parte de um entendimento equilibrado: os juros ainda oferecem retornos atrativos no curto prazo, mas as expectativas apontam para um ambiente diferente nos próximos anos, com taxas gradualmente menores. Esse movimento abre oportunidades, mas exige planejamento e prudência. A Fundação passa, assim, a avaliar de forma responsável um processo de reorganização da carteira, que envolve o alongamento gradual dos investimentos, a retomada seletiva de risco e o fortalecimento da diversificação, sempre alinhados ao horizonte de longo prazo.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que 2026 não será um ano isento de desafios. O cenário internacional segue marcado por tensões geopolíticas capazes de gerar episódios de volatilidade nos mercados globais. No Brasil, o ano eleitoral e a discussão sobre o equilíbrio das contas públicas tendem a trazer incertezas adicionais, independentemente do resultado das eleições, com potencial impacto sobre os preços dos ativos.

Diante desse ambiente, a gestão adota uma postura que combina iniciativa com vigilância. Há espaço para avançar e preparar a carteira para um cenário futuro de juros mais baixos, mas sempre com atenção ao comportamento do mercado no curto prazo. Os movimentos serão graduais, cuidadosamente calibrados e continuamente reavaliados, permitindo ajustes de rota caso o cenário se mostre menos favorável.

Esses direcionamentos não representam decisões táticas específicas, mas orientações estratégicas que guiam a atuação da gestão ao longo do tempo.

Outro ponto central da estratégia é reforçar que a meta de rentabilidade não deve ser analisada de forma isolada a cada ano. Ela é perseguida no nível da carteira como um todo e dentro de um horizonte de cinco anos, conforme estabelecido na Política de Investimentos. Resultados pontuais, positivos ou negativos, fazem parte do processo e devem ser interpretados à luz dos objetivos de longo prazo.

Por fim, a estratégia de 2026 incorpora a consolidação e a evolução da estrutura de perfis de investimentos da Fundação. Com os perfis implantados em 2025 e a previsão de introdução de novos perfis de gestão passiva, amplia-se o conjunto de alternativas disponíveis aos participantes, respeitando diferentes horizontes de investimento, sem abdicar da disciplina e da responsabilidade na gestão dos recursos.

Os perfis são um meio de organizar a estratégia de investimentos de forma mais aderente aos horizontes dos participantes, e não um fim em si mesmos.

Em síntese, 2026 será um ano de ajuste consciente e transição responsável: aproveitando o bom momento vivido, sem euforia; avançando na reorganização da carteira, sem pressa; e mantendo atenção constante aos riscos e às oportunidades de um ambiente econômico e financeiro em transformação.

A estratégia descrita acima parte sempre da leitura do ambiente econômico e financeiro, no Brasil e no exterior. Nos tópicos a seguir, apresentamos uma síntese dos principais elementos desse cenário considerados na formulação da estratégia de investimentos para 2026.

2.1 Cenários Prospectivos

2.1.1 Cenário Externo

O cenário internacional em 2025 foi fortemente influenciado pelo início do segundo mandato de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos. A adoção de novas tarifas sobre produtos importados reacendeu disputas comerciais com diversos países e trouxe mais incerteza para o comércio global. Mesmo com alguns acordos firmados ao longo do ano, o ambiente internacional permaneceu instável, com reflexos sobre os mercados financeiros e sobre o fluxo de investimentos entre países.

Já no final de fevereiro de 2026, um novo fator de risco passou a dominar as atenções: o conflito no Oriente Médio, envolvendo inicialmente Estados Unidos, Israel e Irã mas com possíveis repercussões nos países vizinhos, gerando apreensão mundial e representando riscos concretos à economia global.

Os ataques americanos e israelenses ao Irã, seguidos da retaliação iraniana, ampliaram a incerteza sobre os rumos da economia mundial. No entanto, ainda é cedo para dimensionar o real impacto desses eventos. Os efeitos da guerra dependerão, sobretudo, da duração do conflito e dos danos causados à infraestrutura e às indústrias da região, em especial caso os preços da energia sejam afetados de forma significativa.

Diante desse cenário, a expectativa é de que os bancos centrais adotem uma postura cautelosa, reagindo à situação conforme ela se desenvolve. No âmbito doméstico, o principal ponto de atenção está nos combustíveis e no consequente impacto inflacionário, que pode interferir na condução da política monetária nacional nos próximos meses. Vale destacar que o Irã ocupa papel estratégico no mercado global de petróleo, o que torna sua instabilidade um fator de atenção relevante para toda a cadeia energética.

No campo da política monetária, as principais economias desenvolvidas caminharam para um momento de maior equilíbrio. Após anos de juros elevados para combater a inflação, bancos centrais passaram a reduzir gradualmente suas taxas, avaliando que a inflação está mais controlada e que a atividade econômica perdeu fôlego. Em termos práticos, isso significa um ambiente internacional com menor pressão de juros e condições financeiras um pouco mais favoráveis para investimentos de médio e longo prazo.

Na Europa, os impactos iniciais das tensões comerciais com os Estados Unidos foram parcialmente amenizados por acordos firmados entre as partes. A região segue apresentando crescimento moderado, sem sinais relevantes de recessão no curto prazo. A inflação também tem mostrado trajetória de convergência para níveis considerados normais, próximos à meta adotada pelo Banco Central Europeu.

A economia chinesa manteve desempenho relativamente estável, mesmo em meio às disputas comerciais. Em 2025, o crescimento deve se situar em torno de 5,0%, sustentado principalmente por estímulos do governo e pelo setor exportador. Para 2026, espera-se uma desaceleração moderada, refletindo desafios internos, sobretudo no setor

industrial, ainda que o governo siga adotando medidas para estimular a economia doméstica.

Em conjunto, esse cenário externo aponta para um ambiente global ainda sujeito a episódios de volatilidade, mas com menor pressão de juros internacionais, fator relevante para os fluxos de capital e para a formação de preços dos ativos financeiros.

2.1.2 Cenário Doméstico

No cenário político interno, 2025 foi marcado por elevado nível de incerteza e tensão institucional. A condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro, juntamente com sete de seus aliados, influenciou de forma relevante o ambiente político e a configuração da disputa presidencial de 2026. Ao longo do ano, foram frequentes os embates entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contexto que tende a se intensificar à medida que o processo eleitoral se aproxima. A corrida presidencial se desenha altamente polarizada, com pré-candidatos apresentando elevados índices de rejeição.

Do ponto de vista econômico, a política monetária voltou a ocupar papel central em 2025. Após iniciar o ano com a taxa Selic em 13,25% ao ano, o Banco Central retomou o movimento de alta dos juros, levando a taxa básica para 15% ao ano, patamar mantido até o final do período. Apesar desse ambiente mais restritivo, a inflação apresentou comportamento melhor do que o inicialmente esperado, encerrando o ano dentro de um nível considerado controlado.

O mercado de trabalho também apresentou desempenho positivo. A taxa de desemprego recuou ao longo do ano e atingiu níveis historicamente baixos, refletindo uma economia ainda aquecida e com geração consistente de empregos. Esse fortalecimento do mercado de trabalho, embora positivo do ponto de vista social, tende a reduzir a velocidade com que os juros podem cair, uma vez que pressões salariais e de consumo podem dificultar um afrouxamento mais rápido da política monetária.

Para os investimentos, esse conjunto de fatores significa um ambiente de transição: juros ainda elevados no curto prazo, mas com perspectiva de redução ao longo do tempo, desde que a inflação permaneça sob controle e que o cenário fiscal e político evolua de forma previsível. Ao mesmo tempo, episódios de volatilidade ao longo de 2026 são esperados, especialmente em função do ano eleitoral e das discussões sobre o ajuste das contas públicas.

3 Diretrizes de Alocação de Investimentos para 2026

A partir do cenário apresentado, a estratégia de investimentos para 2026 passa a se traduzir em decisões concretas de alocação entre os diferentes segmentos da carteira. É nesse ponto que a lógica geral se transforma em escolhas práticas sobre onde os recursos serão investidos ao longo do ano.

A seguir, são descritas as diretrizes de alocação por segmento, explicando o papel de cada classe de ativos na carteira e como essas escolhas contribuem para o equilíbrio entre risco e retorno no longo prazo.

3.1 Renda Fixa

A Renda Fixa é o principal componente da carteira de investimentos da Funpresp-Jud e cumpre um papel central na estratégia da Fundação. É a partir desse segmento que se constrói a base de estabilidade da carteira, garantindo previsibilidade, liquidez e aderência ao horizonte de longo prazo dos planos administrados.

Nos últimos anos, o ambiente de juros elevados permitiu que investimentos de menor risco entregassem retornos bastante atrativos. Em 2025, essa característica levou a uma postura mais defensiva, com maior concentração em aplicações de prazos mais curtos, reduzindo a exposição a oscilações de mercado em um período marcado por elevada volatilidade.

Para 2026, o contexto começa a mudar. Embora os juros ainda se mantenham em níveis elevados no curto prazo, as expectativas apontam para um processo gradual de redução ao longo do tempo. Esse movimento altera a forma como a Renda Fixa contribui para o resultado da carteira e exige uma postura mais ativa e planejada por parte da gestão.

Diante disso, a estratégia para o segmento em 2026 prevê o início de um processo cuidadoso de reorganização. A Fundação passa a avaliar, de forma gradual e prudente, a ampliação do prazo médio dos investimentos em Renda Fixa, buscando capturar oportunidades que surgem em um ambiente de transição, sem abdicar da segurança que caracteriza o segmento.

Esse movimento não será feito de forma abrupta. A gestão permanece atenta aos riscos de curto prazo, especialmente em um ano que pode ser marcado por oscilações relevantes nos mercados financeiros. Ajustes no ritmo e na intensidade das decisões serão realizados sempre que o cenário exigir maior cautela.

A estratégia também considera a complementaridade entre diferentes tipos de investimentos dentro da Renda Fixa. Ativos mais conservadores continuam desempenhando papel importante na proteção da carteira e na manutenção da liquidez, enquanto aplicações com prazos mais longos passam a ser incorporadas de forma seletiva, contribuindo para o equilíbrio entre risco e retorno no longo prazo.

Em síntese, a Renda Fixa segue sendo o principal pilar da estratégia de investimentos da Funpresp-Jud em 2026, não apenas pela sua função de estabilidade, mas também pelo seu papel na construção do retorno da carteira ao longo do tempo. A estratégia não pressupõe uma mudança abrupta de segmento, mas sim um ajuste gradual no perfil dos investimentos dentro da própria Renda Fixa.

De forma simplificada, investimentos de prazos mais longos tendem a reagir mais às mudanças no nível dos juros da economia, podendo gerar ganhos maiores ao longo do tempo, ainda que com oscilações de curto prazo. É justamente nesse eixo — o prazo

dos investimentos — que se concentra a principal frente de reorganização da carteira nos próximos anos. Esse movimento será conduzido com disciplina, gradualismo e acompanhamento constante, preservando a solidez do segmento e evitando exposições incompatíveis com o perfil da Fundação.

3.1.1 Títulos indexados à inflação (IPCA)

Os títulos indexados à inflação desempenham papel fundamental na estratégia de investimentos da Funpresp-Jud. Esses ativos oferecem proteção contra a perda do poder de compra ao longo do tempo, uma vez que seus rendimentos acompanham a inflação, além de proporcionarem uma taxa de retorno adicional previamente definida. Para um plano previdenciário com horizonte de longo prazo, essa característica é especialmente relevante.

Nos últimos anos, em um ambiente de juros elevados e maior incerteza, a estratégia priorizou títulos de prazos mais curtos, reduzindo a exposição a oscilações de mercado. Esse posicionamento contribuiu para a preservação dos resultados em momentos de maior volatilidade, sem comprometer o objetivo de longo prazo da Fundação.

Para 2026, o cenário começa a permitir uma evolução gradual dessa estratégia. Com expectativas de inflação mais controladas e a perspectiva de juros menores ao longo do tempo, títulos indexados à inflação com prazos mais longos passam a apresentar um equilíbrio mais favorável entre risco e retorno. Esses ativos tendem a se beneficiar em ambientes de redução das taxas de juros, ainda que possam apresentar oscilações no curto prazo.

Diante disso, a estratégia para o segmento de IPCA em 2026 prevê a ampliação gradual da exposição a títulos de prazos intermediários e longos, sempre de forma seletiva e criteriosa. Esse movimento busca fortalecer a proteção do poder de compra das reservas ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, aproveitar oportunidades de retorno associadas ao alongamento dos investimentos.

É importante destacar que essa estratégia não implica aumento de risco de crédito ou mudança na qualidade dos ativos. Trata-se, principalmente, de um ajuste no horizonte dos investimentos, compatível com o perfil previdenciário da Fundação e com seus compromissos de longo prazo. Oscilações pontuais de curto prazo podem ocorrer, mas são esperadas e monitoradas dentro de uma visão mais ampla de acumulação ao longo do tempo.

Em síntese, os títulos indexados à inflação permanecem como um dos pilares da carteira em 2026, combinando proteção real, previsibilidade e contribuição relevante para o equilíbrio entre risco e retorno da carteira da Funpresp-Jud.

3.1.2 Títulos prefixados

Os títulos prefixados também ocupam papel relevante dentro da estratégia de Renda Fixa da Funpresp-Jud. De forma simplificada, esse tipo de investimento permite

“travar” hoje uma taxa de juros que será recebida ao longo do tempo. Para um investidor de longo prazo, essa característica pode ser bastante vantajosa quando as taxas de juros se encontram em níveis elevados.

Em 2026, esse aspecto ganha ainda mais relevância. O cenário atual combina juros elevados no presente com a expectativa de redução gradual ao longo dos próximos anos. Nesse contexto, os títulos prefixados passam a oferecer uma relação atrativa entre risco e retorno, especialmente quando considerados em prazos compatíveis com o horizonte previdenciário da Fundação.

A estratégia da Funpresp-Jud para esse segmento prevê a ampliação gradual e seletiva da exposição a títulos prefixados, priorizando prazos médios e longos, com baixos níveis de risco. Esse movimento busca capturar, ao longo do tempo, os benefícios de ter garantido taxas mais altas em um ambiente que tende a se tornar menos restritivo no futuro. Assim como ocorre em outros investimentos de prazo mais longo, oscilações de curto prazo podem acontecer, especialmente em momentos de maior volatilidade do mercado.

É importante destacar que a utilização de títulos prefixados não representa uma aposta especulativa nem uma tentativa de antecipar movimentos pontuais do mercado. Trata-se de uma decisão estruturada, baseada na combinação entre o nível atual das taxas de juros e o horizonte de longo prazo da Fundação. A exposição será construída de forma equilibrada, evitando concentrações excessivas e preservando a flexibilidade necessária para ajustes ao longo do tempo.

Dessa forma, os títulos prefixados continuam a complementar a estratégia de Renda Fixa em 2026, contribuindo para o aumento gradual do potencial de retorno da carteira, sem descaracterizar o perfil previdenciário dos investimentos e mantendo a disciplina que orienta a gestão dos recursos da Funpresp-Jud.

3.1.3 Títulos atrelados ao CDI/Selic

Os títulos atrelados ao CDI ou à taxa Selic exercem papel importante na carteira da Funpresp-Jud, especialmente no que diz respeito à liquidez, previsibilidade e proteção em momentos de maior incerteza. Esses investimentos acompanham de perto a taxa básica de juros da economia e, por isso, tendem a apresentar menor variação de valor no curto prazo.

Nos últimos anos, com a taxa de juros em níveis elevados, esse tipo de investimento teve participação relevante na estratégia da Fundação, contribuindo de forma consistente para os resultados da carteira. Em um ambiente de juros altos, aplicações atreladas ao CDI entregam retornos atrativos com baixo nível de oscilação, o que foi especialmente importante em períodos de maior volatilidade nos mercados.

Para 2026, no entanto, o papel desse segmento começa a se ajustar. Com a perspectiva de redução gradual dos juros ao longo do tempo, os investimentos atrelados ao CDI tendem a perder parte de sua atratividade relativa quando comparados a outros títulos de Renda Fixa com prazos mais longos. Ainda assim, eles continuam sendo

fundamentais como instrumento de equilíbrio da carteira e redução dos níveis de risco, em cenários de maior *stress* dos mercados.

A estratégia da Funpresp-Jud prevê a manutenção de uma parcela relevante dos recursos em títulos atrelados ao CDI/Selic, garantindo flexibilidade para a gestão, capacidade de resposta a mudanças no cenário e proteção em momentos de maior instabilidade. Ao mesmo tempo, abre-se espaço para uma redução gradual dessa exposição, à medida que outros investimentos passam a oferecer melhor relação entre risco e retorno no horizonte de longo prazo.

Esse processo será conduzido com cautela e de forma progressiva. A diminuição relativa da participação do CDI não significa abandono do segmento, mas sim uma adaptação natural da carteira a um novo contexto econômico, no qual diferentes tipos de investimentos passam a desempenhar papéis complementares.

Em síntese, os títulos atrelados ao CDI/Selic seguem como um elemento essencial da estratégia em 2026, funcionando como base de liquidez e proteção da carteira, ao mesmo tempo em que permitem que a Fundação avance, de forma responsável, na reorganização dos investimentos de Renda Fixa ao longo do tempo.

Em conjunto, as diretrizes para a Renda Fixa em 2026 refletem um processo de reorganização gradual dentro do próprio segmento. Os investimentos atrelados ao CDI/Selic seguem garantindo liquidez e proteção, enquanto os títulos indexados à inflação preservam o poder de compra ao longo do tempo. De forma complementar, os investimentos com prazos mais longos passam a ganhar espaço, ampliando o potencial de retorno da carteira em um cenário de transição econômica.

Esse movimento está concentrado principalmente no ajuste do prazo dos investimentos, e não na adoção de ativos de menor qualidade. As decisões serão conduzidas com cautela e acompanhamento contínuo, de forma a preservar a solidez da carteira e manter o foco nos objetivos de longo prazo da Funpresp-Jud.

3.2 Renda Variável

A Renda Variável cumpre papel relevante na carteira da Fundação ao permitir a participação no crescimento das empresas e da economia ao longo do tempo. Embora apresente oscilações no curto prazo, é justamente nesse segmento que se concentram os movimentos de valorização mais expressivos no longo prazo, motivo pelo qual a Funpresp-Jud mantém exposição contínua a esse tipo de investimento.

Desde o final de 2025, o mercado de ações brasileiro vem apresentando forte valorização, com a Bolsa atingindo níveis historicamente elevados. Esse movimento naturalmente gera questionamentos sobre a conveniência de ampliar investimentos em um momento de preços mais altos. Trata-se de uma preocupação legítima, que é considerada de forma cuidadosa pela gestão.

Nesse contexto, a estratégia adotada não é pautada por decisões imediatistas, mas por ajustes estruturais alinhados ao horizonte de longo prazo da Fundação. Em investimentos em ações, estar adequadamente alocado ao longo do tempo é

fundamental para capturar os grandes ciclos de valorização, razão pela qual a exposição ao segmento foi reduzida em momentos mais adversos, mas nunca eliminada ou levada a níveis excessivamente baixos.

Para 2026, a Funpresp-Jud prevê ajustes graduais e seletivos, condicionados às condições de mercado e sempre observando a volatilidade esperada para o período. O cenário doméstico e internacional indica que o ano pode ser marcado por oscilações relevantes, influenciadas tanto por fatores internos quanto pelo comportamento do fluxo de recursos estrangeiros, que teve papel importante na alta recente dos preços.

Todas essas variáveis estão sendo monitoradas de forma contínua, de modo que eventuais movimentações nesse segmento ocorram com estratégia, disciplina e prudência, preservando o equilíbrio da carteira e o compromisso com os objetivos de longo prazo dos participantes.

3.3 Investimentos no Exterior

Os investimentos no exterior cumprem um papel central na estratégia da Funpresp-Jud: ampliar a diversificação da carteira e reduzir a dependência exclusiva do desempenho da economia brasileira. Ao investir em mercados internacionais, a Fundação passa a participar de empresas, setores e economias que seguem dinâmicas diferentes daquelas observadas no Brasil.

Um ponto importante, e que muitas vezes passa despercebido, é que os investimentos no exterior tendem a se comportar de forma diferente dos ativos domésticos. Em momentos em que o mercado brasileiro enfrenta dificuldades, os ativos internacionais podem apresentar desempenho mais favorável, e vice-versa. Essa característica ajuda a suavizar oscilações da carteira como um todo, reduzindo riscos e contribuindo para resultados mais equilibrados ao longo do tempo.

Pensando no longo prazo, a expectativa é que os investimentos internacionais se valorizem, assim como os demais ativos da carteira. No curto prazo, no entanto, é natural que ocorram variações e períodos de maior volatilidade. A presença do exterior na carteira ajuda justamente a amortecer esses movimentos, funcionando como um elemento de equilíbrio dentro da estratégia global de investimentos.

Para 2026, a estratégia da Funpresp-Jud prevê aumento de alocação em investimentos no exterior, realizando assim uma recomposição gradual da alocação no segmento, de forma alinhada à estrutura de longo prazo da carteira. Essa recomposição não tem caráter especulativo, nem busca antecipar movimentos pontuais de mercado ou de câmbio. Trata-se de um ajuste estrutural, com foco na diversificação e no fortalecimento do controle de risco da carteira.

Como nos demais segmentos, qualquer movimentação será feita com cautela e acompanhamento constante do cenário internacional. O objetivo permanece o mesmo: construir uma carteira mais resiliente, bem diversificada e preparada para atravessar diferentes ciclos econômicos, sempre em benefício dos participantes.

3.4 Investimentos Estruturados

Os investimentos estruturados da Funpresp-Jud são realizados exclusivamente por meio de fundos multimercado, que permitem acesso a diferentes estratégias dentro de um único veículo, com elevado grau de diversificação e gestão profissional.

A lógica desse segmento na carteira é simples: buscar um retorno adicional em relação aos investimentos mais conservadores, mas sem depender exclusivamente do comportamento da Bolsa ou das taxas de juros. Esses fundos têm maior liberdade de atuação e conseguem se adaptar a diferentes cenários econômicos, o que contribui para tornar os resultados da carteira mais estáveis ao longo do tempo.

Do ponto de vista do risco, os fundos multimercado cumprem um papel importante de equilíbrio. Como suas estratégias não seguem um único mercado ou fator econômico, seus resultados tendem a se comportar de forma diferente dos demais segmentos da carteira. Isso ajuda a suavizar oscilações e melhora a combinação entre risco e retorno do conjunto dos investimentos da Fundação.

Para 2026, a estratégia prevê a continuidade e o aprimoramento da atuação nesse segmento, com a realização de novas seleções de fundos multimercado. Trata-se de processo precedido de estudos técnicos voltados à evolução dos critérios de avaliação, indicadores de desempenho e modelo de acompanhamento, reforçando a qualidade das decisões e a aderência às diretrizes da Política de Investimentos.

Assim, os investimentos estruturados seguem desempenhando um papel complementar na estratégia da Fundação: não como motor principal de retorno, mas como instrumento de diversificação e fortalecimento da carteira no longo prazo, sempre com prudência, disciplina e acompanhamento contínuo.

3.5 Investimentos Imobiliários

O segmento imobiliário ocupa um papel específico e bem definido na estratégia de investimentos da Fundação. Trata-se de uma classe de ativos voltada ao longo prazo, que contribui para a diversificação da carteira e para a geração de renda recorrente, principalmente por meio dos rendimentos distribuídos pelos fundos imobiliários.

Em 2026, a estratégia para os investimentos imobiliários será marcada pela manutenção da alocação atual, sem expansão relevante da exposição no curto prazo. Essa postura reflete o entendimento de que o segmento segue cumprindo bem seu papel na carteira, ao mesmo tempo em que o cenário econômico ainda recomenda cautela para movimentos mais amplos.

Com a perspectiva de mudanças graduais no ambiente de juros ao longo dos próximos anos, a Fundação opta por acompanhar a evolução do mercado imobiliário de forma atenta, priorizando estabilidade, previsibilidade de fluxos e qualidade dos ativos já investidos. Dessa forma, ao longo de 2026, os rendimentos recebidos dos fundos imobiliários tendem a ser reinvestidos no próprio segmento, permitindo uma recomposição natural da alocação, sem a necessidade de movimentos abruptos.

Paralelamente, a Fundação vem desenvolvendo um estudo técnico voltado à construção de uma estratégia mais padronizada para o segmento imobiliário, baseada em um índice objetivo, replicável e operacionalmente viável, que represente de forma adequada esse mercado. A ideia é estruturar essa exposição por meio de um fundo exclusivo, que permita capturar os prêmios de retorno do segmento de maneira eficiente, com maior governança, padronização e controle operacional.

Esse estudo também considera um ponto fundamental para uma Fundação em fase de crescimento: a capacidade de absorver volumes crescentes de recursos ao longo do tempo, sem perda de eficiência ou necessidade de mudanças frequentes na estratégia. Dessa forma, busca-se uma solução que seja compatível tanto com o perfil de longo prazo dos investimentos quanto com a evolução natural do patrimônio da Fundação.

Com isso, o segmento imobiliário segue sendo tratado como um componente estável e complementar da carteira, contribuindo para a diversificação e o equilíbrio dos investimentos, sempre com foco em prudência, consistência e visão de longo prazo.

3.6 Empréstimos aos Participantes

O segmento de Empréstimos aos Participantes representa uma alternativa de investimento que conecta diretamente os recursos da Fundação aos próprios participantes, de forma estruturada, transparente e alinhada aos objetivos previdenciários de longo prazo.

Na prática, trata-se de uma modalidade em que parte dos recursos é destinada à concessão de empréstimos aos participantes, respeitando critérios rigorosos de elegibilidade, limites individuais, garantias e regras de pagamento previamente estabelecidas. Essa estrutura permite oferecer crédito em condições competitivas aos participantes, ao mesmo tempo em que gera retorno para a carteira de investimentos da Fundação.

Para a Funpresp-Jud, esse segmento tem características particularmente interessantes do ponto de vista de risco e retorno. Por se tratar de operações com desconto em folha e regras bem definidas, o risco de inadimplência tende a ser baixo, enquanto a rentabilidade esperada se mantém alinhada aos objetivos do Plano de Benefícios. Além disso, os fluxos de pagamento são previsíveis, o que contribui para o equilíbrio financeiro da carteira.

Em 2026, a estratégia para esse segmento será de implantação gradual. O objetivo de alocação, equivalente a até 5% das reservas ao longo do tempo, será perseguido de forma progressiva, respeitando o ritmo de adesão dos participantes, a capacidade operacional da Fundação e o acompanhamento contínuo do desempenho da carteira de empréstimos. Dessa forma, ao longo do ano, a participação desse segmento ainda deverá ser relativamente pequena, ganhando relevância de maneira natural nos anos seguintes.

Como em todos os demais segmentos, a Fundação adotará postura cautelosa, com monitoramento permanente dos riscos, ajustes nos critérios quando necessário e total transparência na comunicação. Assim, os empréstimos aos participantes passam a

integrar a estratégia de investimentos como mais uma ferramenta de diversificação e equilíbrio da carteira, sempre com foco na segurança dos recursos e no interesse coletivo dos participantes.

3.7 Resumo da Estratégia de Alocação

Em 2026, a Funpresp-Jud segue investindo com a mesma lógica que guia toda a sua atuação: aproveitar oportunidades, sem perder a prudência. O cenário recente foi positivo, mas o próximo período pode trazer desafios e oscilações — e isso faz parte do caminho.

Nossa estratégia combina visão de longo prazo com atenção ao curto prazo. Ajustamos a carteira de forma gradual, diversificamos, alongamos prazos quando faz sentido e mantemos flexibilidade para reagir a mudanças no cenário, sempre com foco na proteção do patrimônio e na geração de resultados consistentes ao longo do tempo.

O Plano Gerencial de Investimentos é o nosso Norte para o ano, mas o acompanhamento é contínuo. Seguiremos atentos, avaliando o mercado e fazendo os ajustes necessários, sempre com responsabilidade e alinhamento aos interesses dos participantes.

4 Composição das Carteiras de Investimento

4.1 Como definimos as alocações objetivo do ano?

Quando falamos de investimentos no dia a dia, é natural pensar em decisões tomadas de forma mais direta: comprar ou vender um ativo porque o cenário parece melhor ou pior naquele momento. Em um ambiente institucional, como o da Funpresp-Jud, a lógica é diferente.

Aqui, as decisões de alocação seguem método, planejamento e horizonte de longo prazo.

A Política de Investimentos define onde a carteira deve chegar ao longo de cinco anos: uma combinação de ativos pensada para equilibrar risco e retorno de forma eficiente. Ao mesmo tempo, existe a carteira real, que reflete o ponto em que estamos hoje. O Plano Gerencial de Investimentos tem justamente o papel de desenhar o caminho entre esses dois pontos.

Esse movimento não é feito de uma só vez. A estratégia é avançar de forma gradual, compatível com o cenário econômico de curto prazo e com o compromisso de longo prazo do Plano de Benefícios. A compreensão dessa estratégia é importante para nossos participantes interpretarem, de forma cuidadosa, as análises comparativas de resultado de curto prazo com investimentos realizados por entidades financeiras fora do segmento de previdência complementar fechado. Para 2026, isso significa dar mais um passo nessa direção, assumindo um pouco mais de risco de forma planejada e responsável.

A partir dessa lógica, foram feitos ajustes pontuais para posicionar a carteira o mais próximo possível de uma combinação eficiente de investimentos, sempre respeitando os limites definidos e o momento do mercado. O resultado desse processo são as alocações objetivo apresentadas a seguir.

4.2 Como são tomadas as decisões de investimento dentro de cada segmento?

Além da definição das alocações por segmento, a Funpresp-Jud adota um processo estruturado para a seleção e execução dos investimentos dentro de cada classe de ativo. Diferentemente da lógica adotada em investimentos pessoais, as decisões em um ambiente institucional seguem método, critérios técnicos e instâncias formais de governança.

Uma vez definidas as diretrizes de alocação por segmento, a escolha dos ativos ocorre de forma gradual e criteriosa, sempre em consonância com a Política de Investimentos, com este Plano Gerencial de Investimentos e com as condições de mercado observadas ao longo do tempo. Não se trata de decisões pontuais ou isoladas, mas de um processo contínuo de avaliação, comparação e priorização de alternativas.

Cada investimento proposto passa por análise técnica da área de investimentos, avaliação independente de riscos e discussão em instâncias colegiadas. Esse processo garante que diferentes visões — técnica, de risco e de governança — sejam consideradas antes de qualquer decisão de alocação ou desinvestimento.

Somente após esse conjunto de análises e manifestações formais é que as operações são aprovadas e executadas, assegurando disciplina, rastreabilidade e alinhamento com os objetivos previdenciários de longo prazo da Fundação.

Os procedimentos, documentos e fluxos formais que compõem esse processo decisório, desde a proposição da operação até sua execução e acompanhamento posterior, encontram-se descritos de forma detalhada no Anexo específico deste documento.

4.3 Visão Geral da Alocação por Perfis de Investimento

A seguir são apresentadas as tabelas de alocação por Perfil de Investimento. Para fins de planejamento e definição da estratégia de investimentos, inclui-se também o Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE), que, embora não constitua um Perfil de Investimento, é tratado neste documento como uma unidade de alocação específica, com objetivos, restrições e diretrizes próprias. Essa abordagem tem como objetivo facilitar a compreensão de como a estratégia se traduz, na prática, na composição das diferentes carteiras administradas pela Fundação.

Cada tabela traz, por segmento de investimento, três referências distintas. A primeira mostra a alocação observada ao final do último ano, permitindo visualizar o ponto de partida e a trajetória recente da carteira. A segunda coluna apresenta a alocação

objetivo definida para o ano corrente no âmbito deste Plano Gerencial de Investimentos. Por fim, a última coluna indica a alocação objetivo de longo prazo estabelecida na Política de Investimentos.

É importante destacar que as alocações objetivo não representam metas a serem atingidas imediatamente, mas referências a serem perseguidas ao longo do tempo, por meio de ajustes graduais e compatíveis com as condições de mercado.

Tabela 1: Alocação por Segmento de Investimento - Horizonte 2040

Horizonte 2040			
SEGMENTO	Dez/25	PGI 2026	PI 2026-2030
Renda Fixa	91,8%	82,4%	80,2%
Renda Variável	4,0%	3,0%	6,0%
Estruturados (MM)	2,6%	4,5%	4,5%
Exterior	0,7%	4,9%	4,2%
Imobiliário	0,9%	5,0%	5,0%
Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,2%	0,2%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 2: Alocação por Segmento de Investimento - Horizonte 2050

Horizonte 2050			
SEGMENTO	Dez/25	PGI 2026	PI 2026-2030
Renda Fixa	73,6%	68,9%	73,1%
Renda Variável	12,8%	12,0%	15,3%
Estruturados (MM)	6,1%	6,0%	3,0%
Exterior	2,9%	8,0%	3,6%
Imobiliário	4,6%	5,0%	5,0%
Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,1%	0,1%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 3: Alocação por Segmento de Investimento - FCBE

SEGMENTO	FCBE		
	Dez/25	PGI 2026	PI 2026-2030
Renda Fixa	92,3%	81,3%	70,7%
Renda Variável	4,1%	7,0%	9,4%
Estruturados (MM)	0,8%	0,8%	6,9%
Exterior	1,0%	6,0%	8,1%
Imobiliário	1,8%	5,0%	4,9%
Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

4.4 Perfis de Investimento com Gestão Passiva

Em maio de 2026 está prevista a implantação de dois novos Perfis de Investimento com gestão passiva: Horizonte Passivo 2040 e Horizonte Passivo 2050. A adesão a esses perfis poderá ser realizada pelos participantes em março de 2026, por meio de uma janela extraordinária de migração, criada especificamente para esse fim.

Esses novos perfis serão compostos exclusivamente por instrumentos de gestão passiva e passam a integrar a estrutura da Funpresp-Jud como uma alternativa adicional aos participantes. Sua criação atende a uma demanda apresentada ao Conselho Deliberativo por participantes que desejavam esse tipo de abordagem de investimento.

A definição dos índices de referência seguiu a mesma metodologia utilizada na elaboração da Política de Investimentos, com base em estudos de fronteira eficiente, tendo sido aprovada pelo Conselho Deliberativo. Esses índices serão revisitados anualmente, por ocasião da atualização da Política de Investimentos.

O Horizonte Passivo 2040 foi desenhado como uma alternativa para participantes atualmente alocados no Perfil Horizonte 2040 que desejem gestão exclusivamente passiva. De forma análoga, o Horizonte Passivo 2050 atende participantes hoje alocados no Perfil Horizonte 2050. Ressalta-se que o Perfil Horizonte Protegido, por sua própria concepção, já adota gestão passiva e, por esse motivo, passa a ser apresentado neste item.

Além dos perfis de investimento, inclui-se também neste capítulo o Plano de Gestão Administrativa (PGA). Embora o PGA não constitua um Perfil de Investimento nem esteja diretamente relacionado às reservas dos participantes, sua carteira é igualmente conduzida por meio de gestão passiva. O PGA concentra os recursos utilizados pela Fundação para o custeio de suas despesas administrativas, provenientes da taxa de carregamento, e sua alocação busca privilegiar estabilidade, previsibilidade e liquidez, compatíveis com essa finalidade.

Tanto no caso do Horizonte Protegido quanto do PGA, os índices de referência foram definidos de forma a equilibrar segurança e liquidez, refletindo o papel dessas carteiras dentro da estrutura da Fundação.

É importante destacar que a Funpresp-Jud não recomenda a alteração de perfil. A decisão de aderir aos perfis passivos cabe exclusivamente ao participante, de acordo com suas preferências pessoais e compreensão das características dessa modalidade de investimento. A implantação desses perfis segue a lógica de ampliar o leque de alternativas disponíveis, e não de substituir a recomendação técnica da Fundação.

Do ponto de vista operacional, os perfis e carteiras com gestão passiva perseguirão seus respectivos índices de referência, com alocações estáticas e rebalanceamentos mensais. Adicionalmente, poderão ser realizados rebalanceamentos extraordinários sempre que, em função das condições de mercado, a alocação de algum segmento ultrapassar o limite de 2% para mais ou para menos em relação à composição objetivo estabelecida.

A recomendação técnica da Fundação permanece sendo a manutenção nos perfis com gestão ativa Horizonte 2040 e Horizonte 2050. Isso porque a gestão baseada exclusivamente em instrumentos passivos impõe limitações à diversificação da carteira, que é um dos principais instrumentos de controle de risco e de otimização da relação entre risco e retorno.

Atualmente, por questões regulatórias, de liquidez de mercado ou pela inexistência de índices replicáveis, alguns segmentos relevantes não estão disponíveis para os perfis passivos, como Renda Fixa - Crédito Privado, Fundos Multimercados e Investimentos Imobiliários. A ausência desses segmentos reduz o grau de diversificação da carteira e pode impactar o desempenho no longo prazo.

A diversificação entre diferentes classes de ativos, especialmente aquelas que não se comportam da mesma forma ao longo do tempo, é um dos pilares da boa gestão de investimentos. Ao abdicar de parte dessa diversificação, como ocorre nos perfis passivos, podem surgir diferenças de rentabilidade que, quando observadas sob a ótica dos juros compostos, tendem a se tornar relevantes no valor acumulado para a aposentadoria.

Dessa forma, alinhada às melhores práticas de mercado, a orientação técnica da Fundação permanece sendo a utilização dos perfis com gestão ativa. Os perfis e carteiras com gestão passiva destinam-se àqueles participantes que, por decisão pessoal, optem conscientemente por essa alternativa. Informações adicionais e detalhadas sobre a estrutura, os índices de referência e as características dessas carteiras encontram-se disponíveis no Anexo específico deste documento.

Tabela 4: Alocação por Segmento de Investimento - Horizonte Passivo 2040

<i>BENCHMARK</i>	<i>ALOCAÇÃO</i>
CDI	25%
IMA-B 5	25%
IMA-B 5 +	25%
IVVB11	10%
BSHV39	5%
IDividendos	5%
Ibovespa	5%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 5: Alocação por Segmento de Investimento - Horizonte Passivo 2050

BENCHMARK	ALOCÇÃO
CDI	15%
IMA-B 5	20%
IMA-B 5 +	30%
IVVB11	10%
BSHV39	5%
IDividendos	10%
Ibovespa	10%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 6: Alocação por Segmento de Investimento - Horizonte Protegido

BENCHMARK	ALOCÇÃO
CDI	10%
IMA-B 5	90%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 7: Alocação por Segmento de Investimento - PGA

BENCHMARK	ALOCÇÃO
CDI	25%
IMA-B 5	75%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

4.5 Considerações Finais sobre a Composição das Carteiras de Investimento

As composições apresentadas neste capítulo traduzem, em números, a estratégia de investimentos da Funpresp-Jud para 2026. Elas refletem um planejamento estruturado, com visão de longo prazo, mas também com flexibilidade para se adaptar às condições de mercado ao longo do ano.

As alocações objetivo funcionam como referências para a gestão, e não como metas rígidas de curto prazo. A condução dos investimentos seguirá sendo feita de forma gradual, responsável e alinhada à Política de Investimentos, sempre com foco na segurança dos recursos e nos objetivos previdenciários dos participantes.

As movimentações em direção a essas alocações dependerão das condições de mercado observadas ao longo do período. Caso o cenário se mostre significativamente diferente daquele considerado na elaboração deste Plano, a Fundação poderá realizar desvios relevantes em relação às alocações aqui apresentadas, sempre de forma fundamentada, prudente e estritamente dentro dos limites estabelecidos na Política de Investimentos.

5 Acompanhamento da Estratégia e Riscos ao longo do ano

A exposição aos riscos das carteiras da Funpresp-Jud é acompanhada de forma contínua e independente pela Gerência de Risco e Controle de Investimentos (Geris). Essa Gerência é subordinada diretamente à Presidência da Fundação, o que assegura autonomia em relação à área de investimentos e reforça a segregação de funções no processo decisório.

O acompanhamento dos riscos é realizado tanto sob uma ótica quantitativa quanto qualitativa. No aspecto quantitativo, são monitorados indicadores objetivos, como medidas de volatilidade e de risco de perdas em cenários adversos. Esses parâmetros possuem limites previamente definidos, são acompanhados diariamente e permitem avaliar se o nível de risco das carteiras permanece compatível com a estratégia aprovada.

Tabela 8: Limites de Risco Autorizados

Indicador	Horizonte 2040	Horizonte 2050	FCBE	Fundos de Investimento Exclusivos
Volatilidade Anualizada	9,00%	10,00%	9,00%	13,00%
V@R, 1du, 95% *	-1,00%	-1,05%	-1,00%	-1,35%

Indicador	Horizonte 2040	Horizonte 2050	FCBE
Volatilidade Anualizada	9,00%	10,00%	9,00%
V@R, 1du, 95% *	-1,00%	-1,05%	-1,00%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Além disso, determinados indicadores funcionam como gatilhos de controle (*Stop Loss*), podendo acionar mecanismos de redução de risco quando movimentos de mercado mais adversos exigem uma postura mais conservadora da carteira. Esses mecanismos reforçam a disciplina do processo de gestão e evitam reações intempestivas em momentos de maior volatilidade.

Os limites quantitativos de risco e seus respectivos parâmetros de acompanhamento estão apresentados em tabela específica no Anexo deste documento, onde o leitor interessado pode consultar os detalhes técnicos.

O acompanhamento da Geris ocorre de forma diária, e seus resultados são consolidados e comunicados regularmente. Mensalmente, a Fundação divulga um Painel de Investimentos, com as principais informações de desempenho e risco, e trimestralmente é publicado um Relatório de Investimentos mais detalhado. Ambos os materiais são disponibilizados no site institucional da Funpresp-Jud. Complementarmente, são produzidos vídeos curtos e explicativos, divulgados mensalmente nas redes sociais da Fundação, com o objetivo de tornar os resultados mais acessíveis aos participantes.

No âmbito interno, as informações de risco e desempenho são reportadas de forma sistemática ao Comitê de Investimentos, à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo,

garantindo transparência, acompanhamento contínuo e alinhamento entre estratégia, execução e controle.

ANEXO I - Contexto Institucional e Histórico do Plano Gerencial de Investimentos

Contexto Institucional

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud é uma entidade fechada de previdência complementar, vinculada ao Supremo Tribunal Federal, criada pela Resolução STF nº 496/2012.

A Fundação tem por finalidade administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário no âmbito do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), observando os princípios de segurança, solvência, transparência e equilíbrio de longo prazo.

Origem do Plano Gerencial de Investimentos

O primeiro Plano de Trabalho de Investimentos da Funpresp-Jud, referente ao exercício de 2017, foi solicitado pelo Conselho Deliberativo à Diretoria Executiva por meio do Ofício nº 003/CD/Funpresp-Jud, de 25/10/2016.

A iniciativa teve como objetivo aprimorar a gestão dos ativos da Fundação, conferindo maior previsibilidade, rastreabilidade e alinhamento estratégico às decisões de investimento, em complemento às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos.

Diretrizes originalmente estabelecidas

No contexto de sua criação, o Plano de Trabalho de Investimentos contemplou, entre outros aspectos, as seguintes diretrizes:

- definição de estratégia para proposição de metas de rentabilidade que mantivessem ou ampliassem a atratividade para os participantes;
- estabelecimento de estratégias compatíveis com a diversificação da carteira, a desconcentração de operações, as projeções de passivo do plano de benefícios e os compromissos do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- aprimoramento dos processos de seleção de ativos e de tomada de decisão;
- redução da concentração da carteira em relação a agentes financeiros intermediadores;
- ampliação e qualificação do processo de cotação, com participação de número razoável de operadores, visando maior conhecimento de mercado, competitividade e atratividade das operações;

- definição de critérios de escolha que favorecessem a desconcentração de agentes operadores, especialmente em situações de equivalência nas condições de negócio;
- fortalecimento da documentação dos processos de escolha e das operações realizadas, assegurando maior rastreabilidade;
- adoção de ações voltadas à racionalização dos custos operacionais de gestão da carteira;
- adequação do fluxo de investimentos às projeções de passivos no curto, médio e longo prazos;
- aprimoramento da atuação do Comitê de Investimentos, na qualidade de órgão consultivo e de apoio à Diretoria Executiva; e
- reavaliação da necessidade de manutenção de autorização prévia do Conselho Deliberativo para a realização, pela Diretoria Executiva, de operações que envolvessem valores iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores.

Evolução do PGI

Desde sua implementação, o Plano Gerencial de Investimentos passou a integrar o conjunto de instrumentos de governança da Funpresp-Jud, sendo elaborado anualmente com o objetivo de orientar a atuação da área de investimentos no exercício corrente.

O PGI é construído em consonância com a Política de Investimentos vigente e com a Política de Gerenciamento de Riscos de Investimentos da Fundação, refletindo o estágio de maturidade da gestão, o contexto econômico-financeiro e as prioridades estratégicas de cada período, além de cumprir relevante papel de transparência e prestação de contas aos participantes, instâncias de governança e órgãos de controle.

ANEXO II - Gestão e Monitoramento de Riscos

A exposição a riscos da carteira é monitorada de forma contínua pela Gerência de Controle e Riscos de Investimentos, que realiza acompanhamento diário, tanto sob a ótica quantitativa quanto qualitativa.

No âmbito quantitativo, são utilizados, entre outros, indicadores como Volatilidade das carteiras, *Value at Risk* (V@R), em diferentes horizontes e níveis de confiança.

Adicionalmente, são acompanhados parâmetros que podem acionar mecanismos de **Stop Loss**, os quais impõem à gestão a reavaliação da estratégia e, quando necessário, a redução do nível de risco da carteira, sempre dentro dos limites estabelecidos na Política de Investimentos.

Limites de Risco de Investimentos

A Funpresp-Jud realiza o gerenciamento e o controle do risco de mercado de suas alocações por meio da mensuração e do monitoramento contínuo de indicadores quantitativos e qualitativos de risco, em consonância com a Política de Investimentos vigente e com a Política de Gerenciamento de Riscos de Investimentos da Fundação.

Indicadores de Risco Utilizados

O risco de mercado das carteiras é acompanhado, prioritariamente, por meio dos seguintes indicadores quantitativos:

- **Volatilidade**

A Volatilidade representa o grau médio de variação dos retornos de um determinado investimento ou carteira ao longo do tempo.

Desde janeiro de 2021, o cálculo da Volatilidade diária — tanto em relação à série histórica quanto na ponta — utiliza a metodologia *EWMA* (*Exponentially Weighted Moving Average*), com parâmetro lambda igual a 0,94, conforme prática consagrada em modelos de risco de mercado.

A Volatilidade Anualizada é obtida a partir da multiplicação da Volatilidade diária pela raiz quadrada de 252, correspondente ao número médio de dias úteis em um ano.

- **Valor em Risco (*Value at Risk* - V@R)**

O Valor em Risco (V@R) é uma medida estatística que estima a perda máxima esperada de uma aplicação ou carteira em determinado horizonte de tempo e para um nível de confiança previamente definido, considerando condições normais de mercado.

O V@R pode ser calculado por diferentes metodologias, tais como os métodos histórico ou paramétrico. Desde janeiro de 2021, a Funpresp-Jud adota o modelo paramétrico baseado no RiskMetrics, assumindo média igual a zero e variância calculada pela metodologia EWMA.

O modelo permanece sendo calculado com:

- nível de confiança de 95%; e
- horizonte de 1 dia útil.

Indicadores Complementares de Risco

Além dos indicadores que possuem limites máximos previamente estabelecidos, a Fundação também acompanha os seguintes parâmetros adicionais:

- **Teste de Estresse**

O Teste de Estresse é uma técnica de simulação utilizada para avaliar o impacto de cenários extremos e adversos sobre os ativos (e/ou passivos) da instituição, situados fora da normalidade previsível dos mercados.

Por meio dessa metodologia, são construídos cenários a partir de eventos críticos, permitindo estimar perdas potenciais que não seriam capturadas pelo V@R. O resultado do teste representa o menor retorno esperado em situações de estresse do mercado financeiro, considerando a carteira de investimentos da Fundação no último dia útil de cada período (Teste de Estresse na Ponta).

- **Índice de Sharpe**

O Índice de Sharpe tem por objetivo ajustar o retorno de um ativo ou carteira pelo risco incorrido. Quanto maior o retorno e menor o risco associado, melhor será o valor do índice.

A Funpresp-Jud adota, prioritariamente, o Índice de Sharpe Modificado Generalizado (ISMG), que utiliza o retorno do *benchmark* como parâmetro de comparação, em substituição ao ativo livre de risco (CDI), bem como a volatilidade do *benchmark* correspondente.

- **Limites Máximos de Risco**

De acordo com a Política de Investimentos 2026–2030, foram estabelecidos os seguintes limites máximos autorizados para Volatilidade Anualizada e Valor em Risco (V@R):

Indicador	Horizonte 2040	Horizonte 2050	FCBE	Fundos de Investimento Exclusivos
Volatilidade Anualizada	9,00%	10,00%	9,00%	13,00%
V@R, 1du, 95% *	-1,00%	-1,05%	-1,00%	-1,35%

Observação:

O sinal negativo apresentado no V@R indica apenas que o retorno diário pode ser negativo.

- **Modelo de *Stop Loss***

O mecanismo de *Stop Loss* (contenção de perdas) tem como objetivo limitar perdas em investimentos marcados a mercado (MTM) e evitar que prejuízos se ampliem indefinidamente em cenários adversos.

Para que o mecanismo seja efetivo, é imprescindível sua aplicação imediata quando atingidos os parâmetros preestabelecidos, o que demanda autonomia operacional dos responsáveis pela execução das decisões.

A definição dos níveis de *Stop Loss* pode se basear:

- a) na análise específica de determinado ativo; ou
- ii) na análise do comportamento da carteira de investimentos como um todo.

- **Evolução e Aprimoramento do Modelo**

Durante o ano de 2020, em função da elevada volatilidade dos mercados financeiros, verificou-se que o modelo de *Stop Loss* então vigente necessitava de aprimoramentos, por não ter se mostrado suficientemente robusto e ágil para cumprir plenamente seu objetivo de contenção de perdas.

Após a fase mais crítica da pandemia, foram realizadas análises, reuniões e discussões técnicas, baseadas na observação dos eventos ocorridos e em referenciais teóricos, com vistas à reformulação do modelo.

Como resultado, decidiu-se substituir o indicador DNP 36 meses pelos seguintes parâmetros:

- Valor em Risco (V@R);
- Volatilidade; e
- *DrawDown*.

Adicionalmente, foi instituído um Comitê de *Stop Loss*, com níveis de alçada decisória apropriados para situações de crise, assegurando também autonomia ao Diretor de Investimentos em cenários específicos.

- **Níveis de Verificação do *Stop Loss***

O atual modelo de *Stop Loss* contempla dois níveis de verificação:

- **Alerta**
 - Suspensão imediata de todas as operações que possam elevar o nível de risco da carteira;
 - Convocação imediata do Comitê de *Stop Loss*.

- **Acionamento**

- Obrigatoriedade de redução dos níveis de risco dos investimentos, conforme as alçadas decisórias estabelecidas;
- Necessidade de autorização prévia para realocação dos investimentos após o acionamento.

- **Comitê de *Stop Loss* e Alçadas Decisórias**

O Comitê de *Stop Loss* possui a seguinte composição:

- Diretor-Presidente;
- Diretor de Investimentos;
- Gerente de Investimentos;
- Gerente de Controle e Riscos de Investimentos; e
- Membro do Comitê de Investimentos.

O Comitê possui alçada decisória ampla, sem limitação quanto ao percentual de redução do nível de risco.

Na hipótese de acionamento do *Stop Loss* sem a realização prévia da reunião do Comitê, o Diretor de Investimentos poderá, excepcionalmente, reduzir em até 15% o nível de risco dos investimentos, nos seguintes casos:

- deterioração extremamente acelerada dos ativos, sem prévio sinal de alerta; ou
- impossibilidade de realização da reunião entre o alerta e o acionamento.

- **Realocação Pós *Stop-Loss***

Após o acionamento do *Stop Loss*, a Diretoria de Investimentos possui autorização automática para realizar o retorno à posição anterior, ou a posição equivalente em termos de risco, nas seguintes situações:

- quando a perda acumulada atingir o equivalente ao V@R de 21 dias úteis (V@R mensal);
- quando o ativo ou segmento iniciar processo consistente de recuperação antes de atingir o parâmetro estabelecido.

Em ambos os casos, os indicadores de V@R e Volatilidade não podem estar em nível de Acionamento, ainda que permaneçam em nível de Alerta.

A realocação poderá ocorrer:

- por meio de operação idêntica, em sentido oposto; ou
- por meio de operação distinta, desde que com mesma magnitude de risco e sinal contrário.

- **Parâmetros para Verificação dos Níveis**

Os níveis de Alerta e Acionamento são verificados com base nos seguintes critérios:

- **Rentabilidade Diária x V@R**

- Alerta: perda diária $\geq 75\%$ e $< 100\%$ do V@R diário máximo;
- Acionamento: perda diária $\geq 100\%$ do V@R diário máximo.

- **Volatilidade**

- Alerta: $\geq 75\%$ e $< 100\%$ da Volatilidade máxima autorizada;
- Acionamento: \geq Volatilidade máxima autorizada.

- **DrawDown x V@R**

- Alerta: perda acumulada \geq V@R de 10 dias úteis e $<$ V@R de 21 dias úteis;
- Acionamento: perda acumulada $>$ V@R de 21 dias úteis.

Para que um nível seja caracterizado, ao menos dois dos três indicadores devem sinalizar o mesmo nível. O nível de Alerta também poderá ser caracterizado caso apenas um dos indicadores sinalize Acionamento.

Após a saída do *Stop Loss*, o *DrawDown* passa a ser calculado a partir da data de acionamento.

- **Abrangência do Modelo**

O modelo passou a ser adotado a partir de 2021 e passou a ser aplicado às subdivisões do Plano de Benefícios, Reservas e FCBE. Posteriormente, o mesmo modelo passou a ser utilizado para cada perfil de investimento em funcionamento.

Considerações finais sobre gestão e monitoramento de risco

Esse arcabouço busca controle rigoroso, resposta tempestiva a cenários adversos e aderência às melhores práticas de gestão de risco em instituições previdenciárias.

A estrutura de governança e o processo decisório adotados pela Funpresp-Jud refletem o compromisso da Fundação com uma gestão técnica, disciplinada e transparente, compatível com a responsabilidade fiduciária inerente à administração de recursos previdenciários de longo prazo.

ANEXO III - Estrutura de Governança e Processo Decisório de Investimentos

Estrutura de Governança dos Investimentos

A governança dos investimentos da Funpresp-Jud está estruturada de forma a assegurar segregação adequada de funções, independência na avaliação de riscos, transparência no processo decisório e alinhamento com as melhores práticas de gestão previdenciária.

As decisões de investimento são tomadas de maneira colegiada e fundamentada, envolvendo instâncias técnicas, executivas e deliberativas, conforme previsto na regulamentação vigente, nos normativos internos da Fundação e na Política de Investimentos.

Instâncias Envolvidas no Processo Decisório

O processo decisório de investimentos da Funpresp-Jud envolve, de forma integrada e complementar, as seguintes instâncias:

- **Gerência de Investimentos (Geinv):** responsável pela proposição das estratégias de investimento, análise de alternativas, seleção de ativos e gestores, bem como pela execução das operações em conformidade com as diretrizes estabelecidas;
- **Gerência de Controle e Riscos de Investimentos (Geris):** responsável pela avaliação independente dos riscos associados às estratégias e operações propostas, pelo monitoramento contínuo da exposição a riscos e pelo acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. A GERIS está subordinada diretamente à Presidência da Fundação, garantindo independência em relação à área de investimentos;
- **Comitê de Investimentos (Coinv):** órgão consultivo que aprecia as propostas de investimento, avalia os riscos envolvidos e emite recomendações à Diretoria Executiva;
- **Diretoria Executiva (Direx):** instância responsável pela deliberação sobre as operações de investimento, observados os limites de alçada definidos, podendo submeter determinadas matérias à apreciação do Conselho Deliberativo;
- **Conselho Deliberativo (CD):** instância máxima de decisão da Fundação, responsável pela aprovação da Política de Investimentos e pela deliberação sobre operações que extrapolem as competências delegadas à Diretoria Executiva.

Processo de Tomada de Decisão em Investimentos

As decisões de investimento seguem um fluxo estruturado, que visa assegurar consistência técnica, adequada avaliação de riscos e plena rastreabilidade das decisões.

De forma geral, o processo compreende as seguintes etapas:

1. Proposição da operação, por parte da área de investimentos, mediante elaboração de Nota Técnica pré-operação, contendo a descrição da estratégia, fundamentos técnicos e aderência às diretrizes vigentes;
 2. Análise independente de riscos, realizada pela Geris, por meio de Nota Técnica específica, avaliando os impactos da operação sobre o risco da carteira e o cumprimento dos limites estabelecidos;
 3. Apreciação pelo Coinv, com registro formal em ata, incluindo recomendações e eventuais condicionantes;
 4. Deliberação pela Direx ou, quando aplicável, pelo CD;
 5. Execução da operação, com registro das comunicações de cotação, autorizações, boletagem eletrônica e demais documentos operacionais;
 6. Documentação pós-operação, quando cabível, por meio de Nota Técnica pós-operação ou Documento de Pós-Operação (DPO), assegurando a completa rastreabilidade do processo.
- Esse conjunto de procedimentos garante que nenhuma operação seja realizada sem análise prévia, manifestação das áreas técnicas e deliberação formal nas instâncias competentes.

Discussão sobre Delegação de Investimentos (Lei Complementar nº 108/2001)

Em observância ao disposto no inc. IV do art. 13 da Lei Complementar nº 108, de 29/5/ 2001, e por decisão expressa do CD, a Direx da Funpresp-Jud não está autorizada, ao longo do exercício de 2026, a exceder o limite de 5% (cinco por cento) nos investimentos ou desinvestimentos dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões do Plano de Benefícios.

Como exceção a esse limite, ficam autorizadas operações envolvendo investimentos de baixíssimo risco de mercado e de crédito, compreendendo títulos públicos federais, de forma permanente ou temporária, direta ou indiretamente atrelados à Taxa Selic ou ao Depósito Interfinanceiro (DI), inclusive por meio de fundos de investimento — abertos ou exclusivos — ou Carteira Própria. Para essas operações, o limite máximo autorizado é de 100% (cem por cento).

Desde 1º/1/2021, também por decisão expressa do CD, o Comitê de *Stop Loss* passou a estar autorizado a exceder o limite de 5% (cinco por cento), até o máximo de 100% (cem por cento), nos investimentos ou desinvestimentos dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões do Plano de Benefícios, nas hipóteses previstas no inc. IV do art. 13 da Lei Complementar nº 108/2001.

Na hipótese de verificação do acionamento do mecanismo de *Stop Loss* sem que tenha ocorrido reunião do Comitê de *Stop Loss*, fica igualmente delegada ao Diretor de Investimentos a possibilidade de reduzir, de forma imediata, até 15% (quinze por cento) do nível de risco dos investimentos, observadas as regras e parâmetros definidos no modelo de gestão de riscos da Fundação.

Após o acionamento do mecanismo de *Stop Loss*, fica ainda delegada ao Diretor de Investimentos a competência para realizar operações de investimento ou desinvestimento com vistas ao retorno à posição anterior — ou a posição similar em termos de níveis de risco — inclusive quando tais operações tenham sido originalmente executadas por decisão do Comitê de *Stop Loss*.

A composição do Comitê de *Stop Loss*, sua sistemática de atuação, bem como os parâmetros utilizados para a tomada de decisão, constam do Plano Gerencial de Investimentos divulgado anualmente pela Funpresp-Jud.

Adicionalmente, fica autorizada à Direx a concessão de alçadas específicas à Diretoria de Investimentos para a realização de operações de investimento ou desinvestimento, desde que tais operações:

- sejam previamente analisadas pela Geris;
- sejam apreciadas pelo Coinv; e
- tenham sua execução e o momento mais oportuno para sua realização explicitamente consignados em ata de reunião do Colegiado competente.

Acompanhamento, Transparência e Prestação de Contas

O acompanhamento dos investimentos ocorre de forma sistemática e estruturada, com diferentes níveis de reporte e transparência:

- Monitoramento diário das carteiras pela Geinv e pela Geris;
- Painel mensal de investimentos, com as principais informações de desempenho e risco, disponibilizado no site da Fundação;
- Relatório trimestral de investimentos, contendo informações detalhadas sobre a carteira, também disponibilizado ao público;
- Produção de vídeos explicativos mensais, em linguagem acessível, com comentários sobre os resultados, divulgados nos canais institucionais da Fundação.
- Internamente, a área de investimentos e a área de controle e riscos de investimentos realizam apresentações periódicas ao Comitê de Investimentos, à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, assegurando alinhamento, transparência e adequada supervisão das decisões tomadas.

ANEXO IV - Como funcionam os Perfis de Investimentos?

Um perfil de investimento reflete preferências individuais relacionadas às decisões de alocação de recursos, as quais podem variar de acordo com fatores como idade, renda, tributação, aversão a risco, objetivos financeiros e horizonte de investimento. Em função dessas diferenças, perfis distintos apresentam níveis de risco e expectativas de rentabilidade também distintos, uma vez que a distribuição dos recursos entre os segmentos de investimento autorizados não é a mesma.

Modelo Tradicional

Tradicionalmente, os perfis de investimento são classificados em três categorias: Conservador, Moderado e Agressivo, de acordo com a maior ou menor exposição a ativos de risco. Esse modelo baseia-se, em grande medida, em avaliações subjetivas sobre tolerância a risco e preferências individuais.

Modelo de Ciclo de Vida

O modelo de ciclo de vida tem origem em teorias econômicas que partem do pressuposto de que os indivíduos realizam escolhas racionais ao longo da vida sobre quanto consumir e quanto poupar, tendo como restrição os recursos disponíveis em cada fase do ciclo de vida.

No contexto da previdência complementar, os modelos de ciclo de vida acompanham a evolução do perfil financeiro do participante ao longo do tempo. A ideia central desse modelo — concebido como alternativa ao modelo tradicional — não é maximizar o retorno esperado em todos os momentos, mas ajustar automaticamente o nível de risco da carteira de acordo com a fase de vida do participante, reconhecendo que o risco está diretamente relacionado ao horizonte de tempo disponível para os investimentos.

Nesse sentido, participantes mais jovens, com horizonte de investimento mais longo e patrimônio ainda em fase de acumulação, tendem a suportar maior exposição a ativos de risco. À medida que o participante envelhece e se aproxima do momento de utilização dos recursos, a carteira passa gradualmente a incorporar ativos de menor risco, reduzindo a volatilidade e protegendo o capital acumulado. Essa dinâmica contribui para mitigar riscos associados tanto ao capital financeiro quanto ao capital humano ao longo do tempo.

Fundos Data-Alvo (*Target-Date Funds*)

Uma das formas mais difundidas de implementação do modelo de ciclo de vida ocorre por meio dos Fundos Data-Alvo (*Target-Date Funds - TDF*).

Nesse modelo, os perfis de investimento são estruturados a partir de datas-alvo previamente definidas, geralmente associadas ao ano estimado de aposentadoria do participante. A lógica de funcionamento é baseada em alocações mais arrojadas quando o horizonte de investimento é longo e, de forma gradual, em alocações mais conservadoras à medida que a data-alvo se aproxima. Essa transição ocorre de maneira progressiva, reduzindo o risco da carteira ao longo do tempo.

A escolha do perfil deixa de se basear em classificações subjetivas — como conservador, moderado ou agressivo — e passa a se apoiar em um critério objetivo: o horizonte de investimento. Assim, o participante seleciona o fundo cuja data-alvo esteja mais próxima da data prevista para o início do recebimento do benefício previdenciário.

O modelo de Fundos Data-Alvo é dinâmico e adaptável, permitindo a criação de novos perfis ao longo do tempo para acomodar novas gerações de participantes. Em geral, esses fundos são nomeados de acordo com o ano em que o participante pretende iniciar a utilização dos benefícios.

Uma das principais vantagens desse modelo é a redução da necessidade de intervenção ativa por parte do participante. A alocação dos investimentos é ajustada automaticamente, de forma gradual, mitigando o impacto da falta de conhecimento técnico especializado e evitando mudanças bruscas de risco, comuns no modelo tradicional. Como consequência, tende a haver menor movimentação entre perfis, uma vez que, se a data de aposentadoria não se altera, não há motivo para migração. Esse aspecto também contribui para reduzir a sensibilidade do participante às oscilações de curto prazo dos mercados financeiros, que são fortemente influenciadas por fatores conjunturais.

Adoção do Modelo pela Funpresp-Jud

Com base nessas premissas, a Funpresp-Jud optou pela adoção do Modelo de Ciclo de Vida, utilizando a estrutura de Fundos Data-Alvo para a implementação dos perfis de investimento. A implantação desse modelo teve início no segundo semestre de 2025.

Inicialmente, foram criados três perfis de investimento:

- Horizonte 2040;
- Horizonte 2050; e
- Horizonte Protegido, este último direcionado prioritariamente aos participantes já em gozo de benefício e àqueles que deverão ingressar nessa fase nos próximos cinco anos.

O enquadramento inicial dos participantes foi sugerido com base na data prevista de aposentadoria.

O Horizonte 2040 tem como índice de referência o IPCA, acrescido de juros reais de 4,25% ao ano.

O Horizonte 2050 tem como índice de referência o IPCA, acrescido de juros reais de 5,00% ao ano.

A estratégia de investimentos nos diversos segmentos autorizados segue aquela descrita nos itens “2. A Estratégia de Investimentos para 2026” e “3. Diretrizes de Alocação de Investimentos para 2026” deste Plano Gerencial de Investimentos, podendo diferir entre os perfis no que se refere à velocidade de atingimento da Alocação Objetivo.

Em função de seu horizonte de investimento mais longo e de sua meta de rentabilidade mais elevada, o Horizonte 2050 prioriza investimentos com maturação no longo prazo.

Por fim, o Horizonte Protegido tem como índice de referência 10% CDI + 90% IMA-B5, refletindo seu foco na preservação de capital e na redução da volatilidade.

As informações detalhadas sobre Alocação Objetivo, bem como os limites inferiores e superiores de alocação de cada perfil, encontram-se disponíveis na Política de Investimentos vigente.

ANEXO V - Perfis de Investimento com Gestão Passiva

O que é Gestão Passiva de Investimentos

A gestão passiva é uma abordagem de investimentos cujo objetivo principal é replicar o desempenho de um índice de referência previamente definido, e não o superar. Diferentemente da gestão ativa, na qual gestores tomam decisões discricionárias de compra e venda buscando gerar retorno adicional, a gestão passiva baseia-se em regras objetivas, com menor grau de intervenção ao longo do tempo.

Nesse modelo, a carteira de investimentos é construída para refletir, o mais fielmente possível, a composição do índice de referência adotado. A atuação do gestor concentra-se, portanto, na execução eficiente, no controle de custos, na manutenção do alinhamento da carteira ao índice e no cumprimento das regras de rebalanceamento estabelecidas.

Metodologia de Definição dos Índices de Referência

Os índices de referência (*benchmarks*) dos perfis de investimento com gestão passiva da Funpresp-Jud foram definidos com base na mesma metodologia utilizada na elaboração da Política de Investimentos, fundamentada em estudos quantitativos de risco e retorno e na utilização da fronteira eficiente.

A fronteira eficiente representa o conjunto de carteiras que oferecem a melhor relação entre risco e retorno esperado, considerando diferentes combinações de ativos. A partir dessa análise, foram selecionadas composições que refletem o equilíbrio entre rentabilidade esperada, volatilidade e viabilidade operacional, respeitando os limites regulatórios aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs).

Esses índices de referência foram aprovados pelo Conselho Deliberativo e serão revisados anualmente, quando da atualização da Política de Investimentos, de modo a assegurar aderência às condições de mercado e às melhores práticas de gestão.

Uso da Fronteira Eficiente na Estruturação dos Perfis Passivos

Embora os perfis passivos não contem com decisões discricionárias de alocação ao longo do tempo, sua concepção inicial decorre de um processo técnico rigoroso. A utilização da fronteira eficiente permite identificar carteiras que, para um determinado nível de risco, maximizam o retorno esperado, ou que, para um determinado retorno, minimizam o risco.

Assim, ainda que a gestão seja passiva, a escolha do ponto de partida, isto é, da composição do índice de referência, é fruto de análise quantitativa e alinhamento estratégico com os objetivos previdenciários de longo prazo.

Lógica de Espelhamento dos Perfis 2040 e 2050

Os perfis Horizonte Passivo 2040 e Horizonte Passivo 2050 foram estruturados de forma a funcionar como alternativas passivas aos perfis Horizonte 2040 e Horizonte 2050, respectivamente.

A lógica de espelhamento significa que:

- o perfil passivo 2040 foi desenhado para atender participantes com horizonte semelhante ao do Horizonte 2040, porém que desejem uma estratégia exclusivamente passiva;
- de forma análoga, o perfil passivo 2050 atende participantes com horizonte de longo prazo compatível com o Horizonte 2050, mantendo a lógica temporal.
- Esse espelhamento assegura coerência entre horizonte de investimento e nível de risco assumido, ainda que a forma de gestão seja distinta.

Regras de Rebalanceamento

Os perfis de investimento com gestão passiva seguem alocações estáticas, conforme definidas no índice de referência aprovado. Para garantir que a carteira permaneça aderente a esse índice, são realizados rebalanceamentos periódicos.

O rebalanceamento ocorrerá:

- mensalmente, de forma ordinária; e
- de maneira extraordinária, sempre que, em função das condições de mercado, a alocação de algum segmento ultrapassar o limite de 2% para mais ou para menos em relação à composição objetivo.

Essas regras visam assegurar disciplina, previsibilidade e aderência ao índice, reduzindo desvios relevantes ao longo do tempo.

O que a Gestão Passiva Significa na Prática em Momentos de Crise

Um aspecto fundamental da gestão passiva — e que nem sempre é intuitivo para participantes menos familiarizados com o funcionamento dos mercados — diz respeito ao comportamento automático da carteira em momentos de forte volatilidade ou queda dos preços dos ativos.

Nos perfis passivos, a composição da carteira é definida por percentuais-alvo associados ao índice de referência. Por exemplo, se um perfil passivo possui 20% de alocação em renda variável, esse percentual deve ser mantido ao longo do tempo por meio dos rebalanceamentos previstos.

Quando o mercado de ações apresenta quedas relevantes, o valor da parcela investida em renda variável diminui e, conseqüentemente, sua participação percentual na carteira fica abaixo do nível definido no índice. Nessa situação, a lógica da gestão

passiva exige a compra de ações, de modo a restabelecer o equilíbrio da carteira em relação ao índice de referência.

Esse mecanismo se repete para todos os segmentos que compõem o índice. Quanto maior a queda de determinado ativo ou segmento, maior tende a ser a necessidade de recomposição para manter a alocação objetivo. Importante destacar que esse processo não envolve juízo discricionário por parte da equipe de gestão. O gestor não avalia se “é um bom ou mau momento” para comprar ou vender; ele apenas executa as regras necessárias para seguir o índice estabelecido.

Em eventos extremos, como o observado durante a pandemia da COVID-19, quando os mercados acionários registraram quedas expressivas e prolongadas, a diferença entre gestão ativa e passiva torna-se ainda mais evidente. Em situações dessa natureza, gestores com mandato ativo podem optar por reduzir o ritmo de alocações, aguardar maior clareza do cenário econômico ou ajustar exposições de forma discricionária. Já na gestão passiva, cada nova queda gera, automaticamente, a necessidade de novas compras, independentemente da percepção subjetiva sobre a gravidade ou duração da crise.

Outro exemplo relevante refere-se a eventos específicos envolvendo empresas individuais. Em episódios de crises corporativas ou escândalos contábeis, uma determinada ação/ativo pode sofrer forte desvalorização e ainda assim permanecer compondo o índice de referência por determinado período. Em uma estratégia passiva, a exposição a esse ativo é mantida enquanto ele fizer parte do índice, sendo reduzida ou eliminada apenas quando houver sua exclusão formal do próprio índice. Isso ocorre porque a gestão passiva não se baseia em análises fundamentalistas ou decisões discricionárias sobre empresas específicas, mas sim na replicação fiel da composição do índice.

Esses comportamentos podem gerar questionamentos naturais por parte dos participantes, especialmente em momentos de estresse nos mercados, como: “Por que a Fundação está comprando ações se o mercado está caindo?” ou “Por que manter exposição a determinado ativo em meio a notícias negativas?”

A resposta, nesses casos, está diretamente ligada à natureza da gestão passiva: o compromisso é com o índice de referência, e não com avaliações conjunturais de curto prazo. O gestor segue regras previamente estabelecidas, mesmo quando essas decisões parecem contraintuitivas em determinados momentos.

Alterações de Índices de Referência e Regras de Migração

É importante esclarecer que eventuais alterações nos índices de referência dos perfis passivos somente poderão ocorrer no âmbito da revisão anual da Política de Investimentos, mediante estudos técnicos e aprovação do CD. Não há, portanto, possibilidade de ajustes pontuais ou discricionários de *benchmark* ao longo do ano em função de condições momentâneas de mercado.

Da mesma forma, após a janela extraordinária de migração, prevista para março de 2026 em função da implantação dos novos perfis passivos, as alterações de perfil por parte dos participantes ocorrerão exclusivamente nas janelas regulares de migração, conforme estabelecido no Regulamento dos Perfis de Investimento da Funpresp-Jud.

Isso significa que, uma vez realizada a escolha por um perfil passivo, o participante deverá estar ciente de que não será possível solicitar a saída imediata do perfil em momentos de crise ou volatilidade, ainda que a dinâmica automática da gestão passiva gere desconforto temporário. Essa característica reforça a importância de uma decisão consciente, alinhada ao horizonte de longo prazo e à compreensão das regras que regem essa modalidade de investimento.

Limitações de Diversificação na Gestão Passiva

Uma característica relevante da gestão passiva é a sua dependência da existência de índices replicáveis, líquidos e regulatoriamente permitidos. Em função disso, alguns segmentos de investimento atualmente disponíveis na gestão ativa não estão presentes nos perfis passivos, ao menos no estágio atual de desenvolvimento do mercado.

Entre esses segmentos, destacam-se:

- Renda Fixa - Crédito Privado;
- Fundos Multimercados; e
- Investimentos Imobiliários.

A ausência desses segmentos reduz o grau de diversificação da carteira, elemento central na gestão de risco de longo prazo. Em contextos institucionais, a diversificação entre ativos com comportamentos distintos ao longo do tempo é um dos principais instrumentos para melhorar a relação entre risco e retorno.

Implicações de Longo Prazo da Opção pela Gestão Passiva

Ao optar por um perfil de investimento com gestão passiva, o participante abdica de parte dessa diversificação estrutural. Embora isso não signifique, necessariamente, resultados inferiores em todos os períodos, pode gerar diferenças de rentabilidade ao longo do tempo, especialmente quando observadas sob a ótica dos juros compostos.

Pequenas diferenças anuais de retorno, quando acumuladas ao longo de décadas, podem resultar em valores significativamente distintos no momento da aposentadoria. Por essa razão, a gestão passiva deve ser compreendida como uma opção consciente, com vantagens e limitações claras.

Alinhada às melhores práticas de mercado e aos princípios da Teoria Moderna de Portfólios, a recomendação técnica da Funpresp-Jud permanece sendo a utilização dos perfis com gestão ativa, que permitem maior diversificação e melhor controle da relação risco-retorno no longo prazo.

Os perfis passivos destinam-se àqueles participantes que, por decisão pessoal e informada, optem por essa alternativa de investimento. A escolha do perfil é de responsabilidade exclusiva do participante, cabendo à Fundação oferecer informações claras, transparentes e metodologicamente fundamentadas para apoiar essa decisão.

ANEXO VI - Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE) e Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Este Anexo tem por objetivo apresentar, de forma consolidada, as diretrizes e características dos investimentos vinculados ao Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE) e ao Plano de Gestão Administrativa (PGA). Trata-se de estruturas que não se confundem com os perfis de investimento dos participantes, mas que integram o arcabouço financeiro e atuarial da Fundação, sendo fundamentais para sua sustentabilidade e para o cumprimento de obrigações específicas.

Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE)

Finalidade e Características Gerais

O FCBE é um fundo de risco destinado a assegurar as condições contratadas para a efetivação de benefícios não programados, tais como morte, invalidez, sobrevivência e aporte extraordinário de aposentadoria programada.

O FCBE não possui perspectiva de utilização significativa de recursos no curto prazo, uma vez que a ocorrência dos eventos cobertos apresenta baixa probabilidade estatística, especialmente em fases iniciais de acumulação. Ainda assim, por sua própria natureza, o fundo deve estar preparado para absorver eventuais saídas relevantes de recursos em cenários adversos.

Horizonte de Investimento e Grau de Conservadorismo

Do ponto de vista de horizonte temporal e índice de referência, o FCBE apresenta semelhanças com os recursos classificados como Reserva Acumulada Normal (RAN) e Reserva Acumulada Suplementar (RAS). Entretanto, em sua fase inicial de formação, faz-se necessária a adoção de certo grau de conservadorismo para uma parcela do patrimônio, considerando a possibilidade — ainda que remota — de eventos que demandem desembolsos relevantes enquanto o fundo se encontra em processo de acumulação.

Natureza Coletiva e Implicações para a Gestão de Investimentos

Um aspecto fundamental que diferencia o FCBE das Reservas dos participantes (RAN e RAS) é sua natureza mutualista. Enquanto as Reservas são individualizadas e registradas em contas vinculadas a cada participante, o FCBE é um fundo coletivo, no qual não há individualização de recursos nem transferência de riqueza entre participantes.

Sob a ótica de investimentos, essa característica aproxima o FCBE de um Plano de Benefício Definido (BD), permitindo a adoção de práticas específicas de gestão, como a Marcação pela Curva (MTC) de ativos de renda fixa, associada a uma gestão ativa de Ativos

e Passivos (*ALM - Asset and Liability Management*), tanto em relação ao indexador quanto ao fluxo financeiro esperado das obrigações.

Evolução Regulatória da Marcação dos Ativos

Em 2021, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), por meio da Resolução nº 43/2021, passou a entender que os Planos de Contribuição Definida (CD), como o Plano de Benefícios administrado pela Funpresp-Jud, somente poderiam utilizar a Marcação pela Curva para os títulos que garantissem exclusivamente benefícios já concedidos. A parcela dos títulos vinculada a benefícios a conceder deveria, portanto, ser marcada a mercado (MTM).

Dado que o FCBE da Funpresp-Jud possuía, à época, reduzido volume de recursos vinculados a benefícios concedidos, essa interpretação regulatória resultou na impossibilidade prática de utilização da MTC para seus ativos durante um período prolongado.

Posteriormente, em 11/12/2024, o CNPB publicou a Resolução nº 61/2024, que voltou a autorizar a Marcação pela Curva, inclusive permitindo a remarcação de títulos adquiridos no passado que haviam sido marcados a mercado. A norma também passou a autorizar expressamente a utilização da MTC em Planos de Contribuição Definida.

Posicionamento da Funpresp-Jud

Embora a Resolução nº 61/2024 autorize a utilização da Marcação pela Curva também para as Reservas dos participantes, o posicionamento institucional da Funpresp-Jud é de não adotar essa metodologia para os Perfis de Investimentos, tendo em vista a inevitabilidade de transferência de riqueza entre participantes.

No caso do FCBE, entretanto, por se tratar de um fundo de natureza coletiva, no qual não há individualização de contas nem transferência de riqueza entre participantes, a utilização da Marcação pela Curva pode ser considerada tecnicamente adequada. Nesse sentido, a adoção dessa metodologia para o FCBE encontra-se em análise pela equipe de gestão de investimentos e pela área de benefícios.

Índice de Referência

Para a carteira de investimentos do FCBE, o índice de referência adotado é o IPCA acrescido de juros reais de 4,50% ao ano, compatível com o horizonte de longo prazo e com as características atuariais das obrigações cobertas pelo fundo.

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Finalidade do PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) concentra os recursos destinados ao custeio das despesas administrativas da Fundação. Esses recursos são originados,

majoritariamente, da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos participantes e patrocinadores.

Diferentemente do Plano de Benefícios (PB), que é segregado em perfis de investimento e no FCBE, o PGA não está vinculado diretamente à acumulação previdenciária dos participantes, mas é essencial para a manutenção das atividades operacionais e institucionais da Funpresp-Jud.

Índices de Referência

Para a carteira consolidada dos investimentos do PGA, foram definidos os seguintes índices de referência:

- **DI - Depósito Interfinanceiro:** 25%
- **IMA-B5:** 75%

O índice DI foi escolhido por seu reduzido risco de mercado, uma vez que se trata de instrumento atrelado à taxa de juros de um dia, com forte correlação positiva com a taxa básica de juros da economia.

O IMA-B5, por sua vez, foi selecionado com o objetivo de proporcionar excedente de rentabilidade real, por meio de investimentos de médio prazo indexados à inflação, representados por títulos públicos federais com prazo de até cinco anos (NTN-B).

Considerações sobre o *Benchmark*

A existência de dois índices de referência não deve ser interpretada como garantia de rentabilidade mínima, tendo em vista a dinâmica e as oscilações naturais do mercado financeiro.

Além disso, o cálculo do índice de referência do PGA considera a dedução dos custos associados aos investimentos, tais como taxas de administração dos fundos utilizados, custos de custódia qualificada, infraestrutura de mercado (como Cetip/B3), entre outros.

Estratégia de Gestão dos Investimentos

Em função da composição dos índices de referência adotados (DI e IMA-B5), a gestão dos investimentos do PGA ocorre de forma passiva, buscando replicar, na maior medida possível, o comportamento dos índices estabelecidos.

Essa abordagem privilegia liquidez, previsibilidade e estabilidade, características compatíveis com a função do PGA de assegurar o adequado funcionamento administrativo da Fundação.

Anexo VII - Processo de Escolha de Emissores, Intermediários Financeiros e Documentação das Operações

Este Anexo descreve os procedimentos adotados pela Funpresp-Jud para a escolha de emissores e intermediários financeiros nas operações realizadas pela Carteira Própria, bem como os requisitos mínimos de documentação que asseguram a rastreabilidade, a governança e a adequada segregação de funções ao longo de todo o processo decisório.

Processo de Escolha de Emissores e Intermediários Financeiros

A seleção de emissores e intermediários financeiros observa critérios técnicos, práticas de mercado e princípios de diligência, transparência e competitividade, variando de acordo com a natureza do ativo negociado e o mercado de atuação.

Títulos Públicos Federais

Nas operações com títulos públicos federais, tanto no mercado primário quanto no mercado secundário, a Funpresp-Jud consulta ao menos três intermediários financeiros, com o objetivo de obter condições competitivas de preço e assegurar adequada formação de mercado.

Atualmente, integram o rol de instituições consultadas o Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Santander, bem como corretoras independentes que atuam como *dealers* de títulos públicos do Tesouro Nacional.

Títulos Privados de Emissão de Instituições Financeiras

No caso de títulos privados emitidos por instituições financeiras, tais como Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB), entre outros instrumentos similares, a cotização é realizada, em regra, diretamente com o emissor, tendo em vista que esses papéis, em geral, não são transacionados por terceiros.

Excepcionalmente, corretoras podem atuar como distribuidoras de títulos emitidos por outras instituições financeiras ou não financeiras, ou ainda ofertar ativos negociados no mercado secundário.

Nesse contexto, a Funpresp-Jud habitualmente solicita cotações junto às principais instituições financeiras atuantes no país, tanto públicas quanto privadas, tais como Bradesco, BTG Pactual, Safra, Banco Votorantim (BV), Banco XP, além de corretoras independentes que também exercem a função de *dealers* no mercado de títulos públicos e privados.

Títulos Privados de Emissão de Instituições Não Financeiras

Para operações com títulos privados emitidos por instituições não financeiras, notadamente debêntures, adota-se, no mercado secundário, procedimento semelhante àquele aplicado aos títulos públicos federais, com consulta a múltiplos intermediários financeiros.

No caso de operações no mercado primário, a Funpresp-Jud busca as instituições financeiras habilitadas pelo emissor para a distribuição dos títulos, podendo esse rol incluir ou não instituições financeiras federais, conforme as características específicas de cada emissão.

Documentação das Operações de Investimento

A Funpresp-Jud adota procedimentos formais de documentação das operações de investimento, desde a fase inicial de análise e decisão até a execução final, assegurando a adequada governança, rastreabilidade e conformidade com as normas internas e regulatórias.

Para cada operação realizada no âmbito da Carteira Própria da Fundação, é constituído processo administrativo específico, que contempla, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) Nota Técnica pré-operação, elaborada pela Diretoria de Investimentos (Dirin), contendo a proposta da operação;
- b) Nota Técnica pré-operação de riscos, elaborada pela Gerência de Controle e Riscos de Investimentos (Geris), com a análise dos riscos envolvidos;
- c) Ata do Comitê de Investimentos (Coinv), registrando a manifestação técnica acerca da operação;
- d) Ata da Diretoria Executiva (Direx) ou do Conselho Deliberativo (CD), quando aplicável, formalizando a aprovação da operação;
- e) Comunicações eletrônicas contendo as informações de cotação de preços e as autorizações específicas, tais como ordens de compra ou venda;
- f) Boletagem eletrônica da operação;
- g) Nota Técnica pós-operação ou Documento de Pós-Operação (DPO), elaborados pela Dirin, quando aplicável;
- h) Deliberação adicional da Direx, quando for o caso.

Esse conjunto documental busca assegurar que todas as decisões e execuções de investimento sejam devidamente fundamentadas, aprovadas e registradas, permitindo auditoria, acompanhamento e prestação de contas de forma clara e consistente.

ANEXO VIII - Composição Consolidada da Carteira, Veículos de Investimento e Estrutura de Custos

Composição Consolidada do Plano de Benefícios

A composição do Plano de Benefícios ao final de 2025 era a seguinte:

Tabela 1 - Composição por Ativos

Composição por Ativos	Plano de Benefícios	Reservas	Protegido	2040	2050	FCBE
Renda Fixa	86,0%	85,0%	100,0%	91,8%	73,6%	92,3%
Renda Variável	6,8%	7,3%	0,0%	4,0%	12,8%	4,1%
Estruturados (Multimercados)	3,4%	3,8%	0,0%	2,6%	6,1%	0,8%
Exterior	1,5%	1,5%	0,0%	0,7%	2,9%	1,0%
Imobiliário	2,3%	2,3%	0,0%	0,9%	4,6%	1,8%
Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Composição por Fator de Risco	Plano de Benefícios	Reservas	Protegido	2040	2050	FCBE
Renda Fixa	86,0%	85,0%	100,0%	91,8%	73,6%	92,3%
Renda Variável	2,6%	2,8%	0,0%	2,0%	4,4%	1,3%
Estruturados (Multimercados)	3,4%	3,8%	0,0%	2,6%	6,1%	0,8%
Exterior	5,7%	6,0%	0,0%	2,7%	11,4%	3,8%
Imobiliário	2,3%	2,3%	0,0%	0,9%	4,6%	1,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 2 - Ativos (Valores e Percentuais)

Veículo	PS	Reservas	2010	2010	Protegido	FCBE
PS Total	5.704,11	4.307,79	2.342,32	1.397,56	367,31	796,32
Carteira própria	486,75	0,00	0,00	0,00	0,00	486,75
Fundos de Investimento Consolidadores	5.183,63	4.297,13	2.342,32	1.397,55	352,26	303,57
Fundos de Investimento Gerenciado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos de Investimento Abertos	35,05	35,05	0,00	0,00	35,05	0,00
Conta Corrente	0,62	0,62	0,00	0,00	0,00	0,00

Veículo	PS	Reservas	2010	2010	Protegido	FCBE
Títulos Públicos MTC	131,15	0,00	0,00	0,00	0,00	131,15
NTR-9 2/2016 MTC	1,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1,17
NTR-9 2/2017 MTC	1,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1,95
NTR-9 2/2018 MTC	21,66	0,00	0,00	0,00	0,00	21,66
NTR-9 2/2019 MTC	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
NTR-9 2/2020 MTC	300,57	0,00	0,00	0,00	0,00	300,57
Títulos Públicos MTM	252,49	0,00	0,00	0,00	0,00	252,49
NTR-9 2/2016 MTM	65,12	0,00	0,00	0,00	0,00	65,12
NTR-9 2/2017 MTM	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,00
NTR-9 2/2018 MTM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTR-9 2/2019 MTM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTR-9 2/2020 MTM	35,58	0,00	0,00	0,00	0,00	35,58
Títulos Privados MTC	305,20	0,00	0,00	0,00	0,00	305,20
LF Sufix MTC	36,70	0,00	0,00	0,00	0,00	36,70
LF Pré MTC	51,50	0,00	0,00	0,00	0,00	51,50
Debênturas Taxas (TAR 17) MTC	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00

FUNDOS ABERTOS	PS	Reservas	2010	2010	Protegido	FCBE
Fundo de Investimento	35,05	35,05	0,00	0,00	0,00	35,05
Subgrupo 4A - CDI/Sufix (Subgrupo/Simplex)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subgrupo 4B - IMA-B5	35,05	35,05	0,00	0,00	0,00	35,05

Fundos Consolidadores*	PS	Reservas	2010	2010	Protegido	FCBE
ANORMIDA - Renda Fixa Título Público Curto	404,35	354,55	735,77	36,76	0,00	0,00
NTR 15/08/2016	451,64	451,64	396,43	52,21	0,00	0,00
BMF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa	402,00	402,00	356,24	45,76	0,00	0,00
ANORMIDA - Renda Fixa Título Público Médio	623,04	613,60	546,26	52,08	0,00	0,00
LF 01/09/2016	9,04	9,04	8,27	0,77	0,00	0,00
LF 01/09/2016	2,08	2,08	1,93	0,15	0,00	0,00
LF 01/09/2017	7,69	7,69	7,47	0,22	0,00	0,00
NTR 15/08/2016	511,93	511,93	426,59	85,34	0,00	0,00
NTR 15/08/2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTR 15/08/2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTR 15/08/2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NTR 15/08/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa	59,36	59,36	124,52	13,86	0,00	0,00
CEPEBUS - Renda Fixa Título Público Longo	1.168,17	1.169,75	375,26	72,63	0,00	0,00
NTR 15/08/2016	341,52	341,52	136,44	205,08	0,00	0,00
NTR 15/08/2019	175,44	175,44	167,74	11,69	0,00	0,00
NTR 15/08/2022	256,75	256,75	88,12	178,64	0,00	0,00
NTR 15/08/2015	84,30	84,30	28,71	55,59	0,00	0,00
NTR 15/08/2016	37,00	37,00	12,00	25,00	0,00	0,00
NTR 15/08/2017	42,22	42,22	14,63	27,59	0,00	0,00
NTR 15/08/2018	40,22	40,22	13,70	26,52	0,00	0,00
NTR 15/08/2019	78,36	78,36	26,69	51,67	0,00	0,00
Caixa	78,36	78,36	26,69	51,67	0,00	0,00
DMAC - Renda Fixa Crédito Privado Médio	292,37	292,67	226,26	66,41	0,00	0,00
LF Br MTC	1,90	1,90	1,90	0,00	0,00	0,00
LF Sufix MTC	52,36	52,36	52,36	0,00	0,00	0,00
LF Br MTM	35,06	35,06	27,43	7,66	0,00	0,00
Santander Merc	111,49	111,49	87,16	24,33	0,00	0,00
Caixa	40,26	40,26	23,47	16,79	0,00	0,00
PERSEUS - Renda Fixa Crédito Privado Longo	942,39	943,09	246,26	69,29	0,00	0,00
LF Bradex MTM	142,39	142,09	105,55	36,54	0,00	13,10
LF BIC MTM	252,26	252,06	82,57	169,49	0,00	29,40
LF Sufix MTM	35,05	35,05	32,54	2,51	0,00	2,51
LF Br MTM	19,11	19,11	18,09	1,02	0,00	1,02
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Debênturas Taxas (TAR 17) MTM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa	2,62	2,57	0,93	1,64	0,00	0,24
ARGUS - Renda Variável	369,17	373,04	84,23	113,18	0,00	14,47
BOV A 184	1,90	1,90	1,90	0,00	0,00	1,90
BOV A 364	-0,52	-0,48	-0,38	-0,31	0,00	-0,04
BOV M137	0,24	0,22	0,08	0,14	0,00	0,00
Caixa	3,52	3,27	1,20	2,07	0,00	0,25
INTEGRA - Estruturados	109,26	109,26	14,63	94,63	0,00	0,00
ARGUS 15 VESTIX 1	104,13	104,13	8,67	12,45	0,00	5,97
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CHARAX - Imobiliário	128,38	114,39	21,29	95,10	0,00	14,49
ICR 11	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
ICR 11	26,18	26,18	4,87	21,31	0,00	0,00
ICR 11	35,41	34,36	7,12	27,26	0,00	4,43
ICR 11	13,26	13,77	2,40	9,37	0,00	1,49
ICR 11	11,20	9,94	2,02	7,92	0,00	1,28
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FLAMBUS - Exterior	327,36	297,67	89,07	226,60	0,00	30,31
BSW 20	144,52	131,36	104,43	100,73	0,00	13,16
VV 81	98,31	85,22	20,70	64,52	0,00	9,99
BS SC-HO2R R E F 10	42,46	36,33	8,24	28,09	0,00	3,02
BS MM 17 MOBILAR R E	41,12	42,40	8,66	33,76	0,00	2,60
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Gestão de Caixa	489,36	308,42	151,20	115,71	37,50	88,36
Caixa (LT)	489,36	308,42	151,20	115,71	37,50	88,36
Fundo FIF IMA-B5	294,75	294,75	0,00	0,00	294,75	0,00
NTR 15/08/2010	74,30	74,30	0,00	0,00	74,30	0,00
NTR 15/08/2016	82,43	82,43	0,00	0,00	82,43	0,00
NTR 15/08/2018	78,30	78,30	0,00	0,00	78,30	0,00
NTR 15/08/2017	43,18	43,18	0,00	0,00	43,18	0,00
NTR 15/08/2019	16,46	16,46	0,00	0,00	16,46	0,00
Caixa	-0,01	-0,01	0,00	0,00	-0,10	0,00

* No mês de fevereiro, foi concluída a abertura dos Fundos Consolidadores. Dessa forma, a maior parte dos ativos que anteriormente compunham a carteira própria foi transferida para os respectivos Fundos, de acordo com o segmento.

Veículo	PS	Reservas	2010	2010	Protegido	FCBE
PS Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Carteira própria	8,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	51,1%
Fundos de Investimento Consolidadores	90,8%	99,3%	100,0%	100,0%	100,0%	39,9%
Fundos de Investimento Gerenciado	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Fundos de Investimento Abertos	0,6%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	9,9%
Conta Corrente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Veículo	PS	Reservas	2010	2010	Protegido	FCBE
Títulos Públicos MTC	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	18,5%
NTR-9 2/2016 MTC	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
NTR-9 2/2017 MTC	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
NTR-9 2/2018 MTC	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%
NTR-9 2/2019 MTC	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
NTR-9 2/2020 MTC	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,6%
Títulos Públicos MTM	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	31,7%
NTR-9 2/2016 MTM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
NTR-9 2/2017 MTM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
NTR-9 2/2018 MTM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
NTR-9 2/2019 MTM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
NTR-9 2/2020 MTM	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	31,7%
Títulos Privados MTC	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,9%
LF Sufix MTC	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,6%
LF Pré MTC	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,4%
Debênturas Taxas (TAR 17) MTC	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%

FUNDOS ABERTOS	PS	Reservas	2010	2010	Protegido	FCBE
Fundo de Investimento	0,6%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Subgrupo 4A - CDI/Sufix (Subgrupo/Simplex)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Subgrupo 4B - IMA-B5	0,6%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fundos Consolidadores*	PS	Reservas	2010	2010	Protegido	FCBE
ANORMIDA - Renda Fixa Título Público Curto	15,0%	17,4%	29,7%	4,9%	0,0%	0,0%
NTR 15/08/2016	7,9%	7,9%	15,7%	2,6%	0,0%	0,0%
BMF	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Caixa	7,1%	7,2%	14,0%	2,3%	0,0%	0,0%
ANORMIDA - Renda Fixa Título Público Médio	18,7%	12,8%	22,1%	2,5%	0,0%	0,0%
LF 01/09/2016	0,2%	0,2%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%
LF 01/09/2016	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
LF 01/09/2017	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
NTR 15/08/2016	13,7%	13,7%	6,2%	7,5%	0,0%	0,0%
NTR 15/08/2017	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Índices de Referência por Segmento de Aplicação

Em relação aos segmentos de aplicação, foram definidos os seguintes índices de referência:

- Renda Fixa: IPCA + juro real;
- Renda Variável: Índice Bovespa (Ibovespa);
- Estruturados: 100% Depósito Interfinanceiro (DI);
- Exterior: 50% MSCI World + 50% S&P 500, ambos em reais;
- Imobiliário: IFIX;
- Empréstimos aos Participantes: IPCA + 6,00% ao ano.

Esses índices têm caráter referencial e são utilizados para fins de acompanhamento, avaliação de desempenho e controle de risco, não constituindo garantia de rentabilidade.

Estrutura de Veículos de Investimento

A Funpresp-Jud está autorizada a realizar seus investimentos por meio de Carteira Própria, Fundos de Investimento Abertos e Fundos de Investimento Exclusivos, com gestão própria ou terceirizada.

No início de suas atividades, em função das restrições legais impostas pela Lei nº 12.618/2012, a totalidade dos recursos era alocada em fundos de investimento abertos administrados por instituições financeiras federais.

Com a evolução institucional da Fundação e o amadurecimento de sua estrutura de governança, foram gradualmente incorporados novos veículos, como a Carteira Própria e os Fundos de Investimento Exclusivos, permitindo maior eficiência operacional, flexibilidade de gestão e otimização de custos.

Racionalização dos Custos Operacionais

A Funpresp-Jud está autorizada a realizar seus investimentos por meio de diferentes estruturas operacionais, incluindo Carteira Própria, Fundos de Investimento Abertos e Fundos de Investimento Exclusivos, com gestão própria ou terceirizada. A utilização desses diferentes veículos considera, além das características de risco e retorno, os custos associados a cada modalidade, buscando permanentemente a racionalização das despesas operacionais da gestão de investimentos.

No caso dos fundos de investimento abertos, os principais custos estão relacionados às taxas de administração cobradas pelos gestores e administradores dos fundos. Desde o início das atividades da Fundação, a seleção desses veículos sempre considerou, além da aderência à estratégia e ao desempenho, a comparação entre fundos com características semelhantes, priorizando aqueles que apresentassem menor estrutura de custos.

Com a criação da Carteira Própria, iniciada a partir de agosto de 2015, passaram a ser realizadas aquisições diretas de títulos públicos federais e de títulos privados, como Letras Financeiras e Debêntures. Nessa modalidade, os custos não se materializam na forma de taxas explícitas de administração, mas estão embutidos nas taxas de rendimento dos títulos praticadas no mercado secundário, sendo economicamente equivalentes a spreads ou custos de corretagem.

Adicionalmente, a gestão dos investimentos da Fundação envolve custos obrigatórios de infraestrutura, comuns à administração de recursos institucionais, tais como a contratação de Custodiante Qualificado, manutenção de contas de custódia no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e na B3, além de eventuais custos operacionais associados à liquidação e registro de ativos.

Eventuais operações realizadas em ambientes de mercados organizados, como a B3, podem ainda gerar custos adicionais, incluindo corretagem, emolumentos e custódia. Ressalta-se, contudo, que até o momento tais operações com derivativos não foram realizadas pela Fundação, sendo esse registro apresentado apenas para fins de completude do processo e transparência institucional.

Evolução dos Processos de Seleção de Fundos de Investimento

A atual estrutura de fundos de investimento utilizada pela Funpresp-Jud é resultado de um processo gradual de evolução institucional, iniciado a partir das restrições legais vigentes no momento de criação da Fundação e desenvolvido ao longo dos anos com base no amadurecimento da governança, dos processos internos e da capacidade operacional da área de investimentos.

Nos primeiros anos de funcionamento, em função das limitações impostas pela Lei nº 12.618/2012, os recursos da Fundação eram integralmente alocados em fundos de investimento abertos administrados por instituições financeiras federais. À medida que o arcabouço regulatório permitiu maior flexibilidade e que a estrutura interna da Funpresp-Jud se consolidou, tornou-se possível a adoção de modelos mais sofisticados de gestão.

Nesse contexto, foram estruturados processos formais de seleção de administradores e gestores, por meio de licitações e credenciamentos, que permitiram a diversificação dos veículos de investimento, a criação de fundos exclusivos e o fortalecimento da Carteira Própria. Esses processos foram desenhados de forma a assegurar ampla concorrência, critérios técnicos objetivos, avaliação contínua de desempenho e aderência às diretrizes da Política de Investimentos.

Ao longo desse período de consolidação, os mecanismos de seleção, avaliação e substituição de fundos foram sendo progressivamente aprimorados, incorporando práticas de acompanhamento periódico, métricas de desempenho, análise de risco e procedimentos de descontinuidade de veículos que não atendessem aos parâmetros estabelecidos. Esse processo permitiu à Fundação ajustar sua estrutura de investimentos de forma incremental, preservando disciplina, governança e eficiência operacional.

Atualmente, a Funpresp-Jud opera em um estágio de maturidade institucional no qual a estrutura de fundos de investimento se encontra estabilizada, operando em regime de “voo de cruzeiro”. As seleções e eventuais substituições de veículos passam a ocorrer de forma pontual e criteriosa, motivadas por mudanças relevantes de desempenho, aderência ou estratégia, e não mais por necessidades estruturais do modelo de gestão.

Dessa forma, a estrutura vigente reflete um processo histórico de construção e amadurecimento, estando alinhada às melhores práticas de mercado e preparada para atender às necessidades de gestão da Fundação no longo prazo. Eventuais alterações relevantes nesse arranjo serão devidamente registradas e documentadas nos instrumentos de governança e planejamento aplicáveis.

Atualmente, a Funpresp-Jud opera com as seguintes instituições financeiras gestoras de fundos de investimento, conforme detalhamento apresentado nas tabelas a seguir:

Tabela 19: Fundo de Investimento Exclusivo

Nome	Gestor	Administrador	Tx Adm (a.a.)	Tx Gestão (a.a.)	Tx Performance
Funpresp-Jud – Andrômeda RF TP Curto FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Funpresp-Jud – Cassiopeia RF TP Médio FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Funpresp-Jud – Cepheus RF TP Longo FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Funpresp-Jud – Draco RF CP Médio FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Funpresp-Jud – Pegasus RF CP Longo FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Funpresp-Jud – Argus RV FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Funpresp-Jud – Strigata Estruturado FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Funpresp-Jud – Charax Imob FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Funpresp-Jud – Flameus Ext FIFM	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há

Funpresp-Jud – Gestão de Caixa FIFRF	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,05%	-	Não há
Funpresp-Jud – Ima-B5 FIFRF	Funpresp-Jud	BTG Pactual	0,06%	-	Não há
Santander Maat	Santander Asset	BTG Pactual	0,07%	0,12%	10% sobre o que exceder o <i>benchmark</i>

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 20: Fundos de Investimento Abertos - Exterior

Nome	Subgrupo	Gestor	Administrador	Tx Adm (a.a.)	Tx Performance
BB Global Select Equity	3B	BB-DTVM	BB-DTVM	0,58%	Não há
BB Schroder	3B	BB-DTVM	BB-DTVM	0,73%	Não há

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 21: Fundos de Investimento Abertos - Multimercados

Nome	Subgrupo	Gestor	Administrador	Tx Adm (a.a.)	Tx Performance
Absolute Vertex II Fc FIM	2D	Absolute	BNY Mellon	1,90%	20% sobre o que exceder o CDI

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

**Tabela 22: Alocação por Segmento de Investimento e Fator de Risco -
Horizonte 2040**

SEGMENTO	Horizonte 2040		
	Dez/25	PGI 2026	PI 2026-2030
Renda Fixa	91,8%	82,4%	80,2%
Renda Variável	2,0%	3,0%	5,9%
Estruturados (MM)	2,6%	4,5%	4,5%
Exterior	2,7%	4,9%	4,2%
Imobiliário	0,9%	5,0%	5,0%
Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,2%	0,2%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 23: Alocação por Segmento de Investimento e Fator de Risco - Horizonte 2050

Horizonte 2050			
SEGMENTO	Dez/25	PGI 2026	PI 2026-2030
Renda Fixa	73,6%	68,9%	73,1%
Renda Variável	4,4%	12,0%	15,2%
Estruturados (MM)	6,1%	6,0%	3,0%
Exterior	11,4%	8,0%	3,6%
Imobiliário	4,6%	5,0%	5,0%
Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,1%	0,1%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Tabela 24: Alocação por Segmento de Investimento e Fator de Risco - FCBE

FCBE			
SEGMENTO	Dez/25	PGI 2026	PI 2026-2030
Renda Fixa	92,3%	81,3%	70,7%
Renda Variável	1,3%	7,0%	9,4%
Estruturados (MM)	0,8%	0,8%	6,9%
Exterior	3,8%	6,0%	8,1%
Imobiliário	1,8%	5,0%	4,9%
Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Anexo IX - Comitê de Investimentos: Atuação, Estrutura e Capacitação Permanente

O Comitê de Investimentos (Coinv) desempenha papel central na governança dos investimentos da Funpresp-Jud, atuando como instância técnica de assessoramento no processo decisório, conforme as competências estabelecidas em normativos internos e na legislação aplicável.

A Fundação sempre reconheceu que a qualidade das decisões do Comitê está diretamente relacionada ao nível de capacitação técnica de seus membros. Por essa razão, a política de formação e aperfeiçoamento do Coinv foi concebida, desde sua origem, como um processo contínuo, estruturado e institucional, com dotação orçamentária específica e alinhada às melhores práticas de governança previdenciária.

Construção da Capacidade Técnica do Comitê

O processo de capacitação dos membros do Coinv teve início em 2016, concomitantemente à consolidação da estrutura de investimentos da Fundação. Naquele momento, o foco esteve na formação conceitual e regulatória, com palestras e cursos ministrados tanto por representantes da Previc — sob a ótica do órgão fiscalizador — quanto por profissionais experientes do sistema de previdência complementar e do mercado financeiro.

Paralelamente, a Diretoria de Investimentos passou a ministrar treinamentos internos voltados aos fundamentos dos investimentos, com destaque para títulos públicos federais, criando uma base comum de conhecimento técnico entre os membros do Comitê.

Nos anos subsequentes, o processo evoluiu para uma etapa de aprofundamento técnico, com a participação dos membros do Coinv em cursos externos de mercado financeiro, finanças avançadas, gestão de riscos, análise fundamentalista, fundos de investimento, ALM (*Asset and Liability Management*), derivativos, entre outros temas diretamente relacionados às atribuições do Comitê.

Essa capacitação foi complementada por palestras técnicas realizadas na própria Fundação, ministradas por gestores e especialistas de instituições financeiras relevantes, com foco em cenário macroeconômico, estratégias de investimento e gestão de fundos nos diversos segmentos.

Ampliação e Qualificação da Composição do Comitê

O amadurecimento do Coinv também se refletiu em sua composição. Em 2021, foi realizado processo seletivo nacional para escolha de membros externos, o que resultou, diante da elevada qualificação técnica dos candidatos e da previsão normativa aplicável, na ampliação do número de membros externos titulares e suplentes.

Esse movimento reforçou a pluralidade de visões, a independência técnica e a qualidade dos debates, consolidando o Comitê como instância colegiada robusta, equilibrando experiência interna e contribuição externa qualificada. Todos os membros externos são participantes do Plano de Benefícios da Fundação, reforçando o alinhamento com os interesses previdenciários de longo prazo.

Ao longo dos anos seguintes, a composição do Coinv foi ajustada de forma pontual, sempre respeitando os normativos internos e buscando equilíbrio entre continuidade, renovação e diversidade técnica.

Consolidação do Modelo e Voo de Cruzeiro

A partir desse processo gradual e consistente de capacitação, seleção e amadurecimento institucional, o Coinv atingiu um estágio de plena maturidade operacional, caracterizado por:

- domínio técnico dos principais temas de investimento;
- compreensão aprofundada das especificidades de uma EFPC;
- alinhamento entre estratégia, riscos e governança;
- atuação colegiada estável, previsível e tecnicamente qualificada.

Nesse contexto, a capacitação dos membros do Coinv passou a integrar a rotina institucional da Fundação, com participação contínua em cursos, seminários, certificações e treinamentos relevantes, tanto internos quanto externos, conforme a necessidade e a evolução do ambiente regulatório e de mercado.

Assim, o foco deixa de ser o registro anual de eventos específicos de capacitação e passa a ser a manutenção permanente de um Comitê tecnicamente preparado, capaz de exercer suas atribuições com responsabilidade, independência e visão de longo prazo.

Eventuais atualizações deste Anexo somente serão necessárias em caso de alterações relevantes na estrutura, nas atribuições ou no modelo de funcionamento do Coinv, não sendo exigida revisão periódica de natureza meramente histórica ou operacional.

ANEXO X - Metodologia de Alocação Estratégica, Fronteira Eficiente e Parâmetros de Alocação

Objetivo do Anexo

Este Anexo tem por objetivo detalhar a metodologia utilizada pela Funpresp-Jud para a definição da alocação estratégica de investimentos, bem como apresentar os principais resultados dos exercícios de otimização que embasam as decisões de macroalocação do Plano de Benefícios, de seus desdobramentos (Perfis de Investimento e FCBE) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

O conteúdo aqui apresentado complementa o Plano Gerencial de Investimentos (PGI), reunindo em um único local:

- a metodologia de alocação estratégica;
- os gráficos de Fronteira Eficiente utilizados;
- e as tabelas de alocação objetivo, limites mínimos e máximos constantes da Política de Investimentos vigente.

Essa abordagem busca facilitar a consulta técnica, evitando a necessidade de recorrer simultaneamente a diferentes documentos institucionais.

Metodologia para Alocação Estratégica

Fundamentos da Metodologia

Para a proposta de alocação dos recursos, a Funpresp-Jud utiliza metodologia implementada a partir de 2022 para a elaboração das estratégias de investimentos constantes da Política de Investimentos. O objetivo principal dessa metodologia é conferir maior robustez técnica ao processo decisório de médio prazo (horizonte de cinco anos) e reduzir a subjetividade na definição das carteiras ótimas.

A metodologia parte da análise conjunta das perspectivas de risco e retorno dos ativos financeiros, incorporando:

- volatilidades e correlações históricas;
- retornos esperados construídos a partir de cenários prospectivos;
- restrições legais, regulatórias e de liquidez;
- e as características do passivo previdenciário, por meio de estudos de *Asset and Liability Management (ALM)*.

O instrumento central desse processo é a construção de uma Fronteira Eficiente, a partir da qual são extraídas as carteiras ótimas que servem de base para a definição das alocações estratégicas.

Ativos e Índices Utilizados na Construção da Fronteira Eficiente

Na construção da Fronteira Eficiente, considerando horizonte temporal de cinco anos, são utilizados, para cada segmento autorizado, os seguintes ativos ou índices representativos:

- Renda Fixa: Subíndices Anbima IMA-B5, IMA-B5+, IRF-M1 e IRF-M1+, fundos de crédito privado de baixa e alta volatilidade, além do Depósito Interfinanceiro (DI) como proxy de ativo livre de risco e da taxa de câmbio USD/BRL;
- Renda Variável: IBOVESPA (IBOV) e Índice de Dividendos (IDIV);
- Investimentos Estruturados: Fundos multimercados classificados por faixas de volatilidade (baixa e alta);
- Investimentos no Exterior: BDRX e BDR ETF de Renda Fixa;
- Investimentos Imobiliários: IFIX;
- Empréstimos aos Participantes: Ativo sintético criado pela Fundação, com marcação pela curva (MTC) e taxa real de juros equivalente ao *benchmark* do segmento.

Os modelos consideram gestão com rebalanceamento das carteiras, permitindo realocações entre segmentos e ativos, sempre respeitando os limites estabelecidos e os objetivos previdenciários de longo prazo.

Conformidade Regulatória e Restrições

Os critérios, limites e restrições utilizados na estimativa das alocações observam rigorosamente a legislação vigente, em especial a Resolução CMN nº 4.994/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

A metodologia busca indicar alocações que conciliem:

- rentabilidade compatível com os objetivos previdenciários;
- padrões controlados de risco;
- e os princípios de segurança, liquidez e solvência que devem nortear a gestão dos recursos de entidades fechadas de previdência complementar.

Evolução Metodológica

Em relação às metodologias anteriormente utilizadas, destacam-se três avanços estruturais relevantes:

Integração Prévia do ALM

Foi incorporada etapa anterior à construção da Fronteira Eficiente, consistente na definição de uma cesta de ativos, via metodologia de ALM, que melhor represente o

casamento entre ativos e passivos do Plano de Benefícios e de seus desdobramentos (Perfis de Investimento e FCBE).

Dado que o passivo previdenciário é indexado ao IPCA, sempre que possível, a carteira base do ALM é composta por NTN-B, títulos soberanos com elevada liquidez e baixo risco de crédito, permitindo *hedge* eficiente do indexador e, na medida do possível, do fluxo de pagamentos.

Nova Forma de Definição das Alocações e Bandas

Anteriormente, a definição das alocações objetivo e dos limites mínimo e máximo era baseada em três cenários distintos (básico, pessimista e otimista). Na metodologia atual, essas definições passam a ser extraídas diretamente das diversas carteiras ótimas que compõem a Fronteira Eficiente.

São utilizados como extremos:

- a carteira ótima com a mesma volatilidade do ALM (e maior retorno);
- e a carteira ótima com o mesmo retorno do ALM (e menor volatilidade).

A alocação objetivo é definida a partir de uma carteira intermediária, proposta pela Diretoria de Investimentos, podendo sofrer ajustes pontuais para conferir maior diferenciação entre entes e perfis.

Esse procedimento resulta, em geral, em bandas de alocação mais estreitas, contribuindo para uma execução da estratégia menos volátil.

Construção dos Retornos Esperados

Outra evolução relevante refere-se à construção dos retornos esperados para o horizonte de cinco anos. Na metodologia atual, esses retornos são baseados no conceito de juro neutro da economia, reduzindo vieses associados a cenários conjunturais transitórios.

Em 2025, foi introduzido aprimoramento adicional, incorporando uma taxa intermediária entre o juro real vigente e o juro neutro projetado, refletindo a expectativa de convergência gradual da política monetária. Essa abordagem permite capturar o efeito de fechamento gradual da curva de juros, tornando as projeções mais realistas e aderentes à dinâmica de longo prazo de uma entidade previdenciária.

Passo a Passo da Metodologia

A metodologia é executada individualmente para cada ente ou perfil de investimento, seguindo os seguintes passos:

1. Construção do ALM, definindo a carteira que melhor espelha o passivo;
2. Criação de uma Fronteira Eficiente única, com horizonte de cinco anos;
3. Seleção de carteiras ótimas compatíveis com o risco e retorno do ALM;

4. Definição da alocação objetivo e dos limites mínimo e máximo por segmento;
5. Eventual construção de fronteiras alternativas, caso necessário para melhor diferenciação entre perfis.

Resultados da Otimização de Carteiras

Com base no modelo de média-variância da Teoria de Carteiras de Markowitz (1952), foram realizadas simulações com retornos projetados e volatilidades históricas, considerando janela de observação de cinco anos.

Figura 1: Fronteira Eficiente e Carteiras Ótimas - Horizonte 2040



Figura 2: Fronteira Eficiente e Carteiras Ótimas - Horizonte 2050



Figura 3: Fronteira Eficiente e Carteiras Ótimas - FCBE



Os resultados indicam a possibilidade de adoção de carteiras ótimas com retorno esperado superior aos respectivos índices de referência, mantendo níveis de risco compatíveis com os objetivos previdenciários de longo prazo.

Tabelas de Alocação Estratégica

Com base nas simulações realizadas, foram definidas as alocações objetivo e os respectivos limites mínimos e máximos para cada segmento de aplicação, conforme tabelas a seguir, reproduzidas da Política de Investimentos vigente para fins de conveniência e consulta:

Tabela 1 - Horizonte 2040: Limites, Restrições e Benchmark

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark
1.Renda Fixa ⁽¹⁾	80,2%	0,0%	100,0%	100,0%	
Títulos Públicos Federais prefixados e indexados à Inflação, Operações Compromissadas, Títulos Públicos Federais pós-fixados	45,5%	0,0%	100,0%	100,0%	IPCA + 4,25% ao ano
Títulos Privados ⁽²⁾	34,7%	0,0%	40,0%	80,0%	
2.Renda Variável ⁽³⁾	6,0%	0,0%	20,0%	70,0%	Ibovespa
3.Investimentos Estruturados ⁽⁴⁾	4,5%	0,0%	12,0%	20,0%	100% DI
FI/FIC Multimercado	4,5%	0,0%	12,0%	15,0%	

4. Investimentos no Exterior	4,2%	0,0%	10,0%	10,0%	50% MSCI W + 50% S&P500, ambos em Reais
5. Imobiliário	5,0%	0,0%	10,0%	20,0%	IFIX
6. Empréstimo aos Participantes	0,2%	0,0%	5,0%	15,0%	IPCA + 6,00% ao ano
CARTEIRA TOTAL	100,00%				IPCA + 4,25% ao ano

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa

(2) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 15.4 da Política de Investimentos 2026-2030

(3) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda variável, que são fundos de índices referenciados em cesta de ações de companhias abertas

(4) Somente via aquisição de cotas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado.

Tabela 2 - Horizonte 2050: Limites, Restrições e Benchmark

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark
1. Renda Fixa ⁽¹⁾	73,1%	0,0%	100,0%	100,0%	
Títulos Públicos Federais prefixados e indexados à Inflação, Operações Compromissadas, Títulos Públicos Federais pós-fixados	42,9%	0,0%	100,0%	100,0%	IPCA + 5,00% ao ano
Títulos Privados ⁽²⁾	30,3%	0,0%	40,0%	80,0%	
2. Renda Variável ⁽³⁾	15,3%	0,0%	35,0%	70,0%	Ibovespa
3. Investimentos Estruturados ⁽⁴⁾	3,0%	0,0%	15,0%	20,0%	100% DI
FI/FIC Multimercado	3,0%	0,0%	15,0%	15,0%	
4. Investimentos no Exterior	3,6%	0,0%	10,0%	10,0%	50% MSCI W + 50% S&P500, ambos em Reais
5. Imobiliário	5,0%	0,0%	20,0%	20,0%	IFIX
6. Empréstimo aos Participantes	0,1%	0,0%	5,0%	15,0%	IPCA + 6,00% ao ano
CARTEIRA TOTAL	100,00%				IPCA + 5,00% ao ano

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa

(2) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 15.4 da Política de Investimentos 2026-2030

(3) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda variável, que são fundos de índices referenciados em cesta de ações de companhias abertas

(4) Somente via aquisição de cotas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado.

Tabela 3 - Horizonte Protegido: Limites, Restrições e Benchmark

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark
1.Renda Fixa ⁽¹⁾	100,0%	98,0%	100,0%	100,0%	
Títulos Públicos Federais prefixados e indexados à Inflação, Operações Compromissadas, Títulos Públicos Federais pós-fixados	100,0%	98,0%	100,0%	100,0%	10% DI – Depósito Interfinanceiro e 90% em IMA-B5
Títulos Privados ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	80,0%	
2.Renda Variável ⁽³⁾	0,0%	0,0%	0,0%	70,0%	Ibovespa
3.Investimentos Estruturados ⁽⁴⁾	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	100% DI
FI/FIC Multimercado	0,0%	0,0%	0,0%	15,0%	
4.Investimentos no Exterior	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%	50% MSCIW + 50% S&P500, ambos em Reais
5.Imobiliário	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	IFIX
6.Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,0%	2,0%	15,0%	IPCA + 6,00% ao ano
CARTEIRA TOTAL	100,0%				90% IMA-B5 + 10% DI

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa

(2) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 15.4 da Política de Investimentos 2026-2030

(3) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda variável, que são fundos de índices referenciados em cesta de ações de companhias abertas

(4) Somente via aquisição de cotas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado.

Tabela 4 - FCBE: Limites, Restrições e Benchmark

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark
1.Renda Fixa ⁽¹⁾	70,7%	0,0%	100,0%	100,0%	
Títulos Públicos Federais prefixados e indexados à Inflação, Operações Compromissadas, Títulos Públicos Federais pós-fixados	54,8%	0,0%	100,0%	100,0%	IPCA + 4,50% ao ano
Títulos Privados ⁽²⁾	16,0%	0,0%	40,0%	80,0%	
2.Renda Variável ⁽³⁾	9,4%	0,0%	30,0%	70,0%	Ibovespa
3.Investimentos Estruturados ⁽⁴⁾	6,9%	0,0%	10,0%	20,0%	100% DI
FI/FIC Multimercado	6,9%	0,0%	10,0%	15,0%	
4.Investimentos no Exterior	8,1%	0,0%	10,0%	10,0%	50% MSCI W + 50% S&P500, ambos em Reais
5.Imobiliário	4,9%	0,0%	10,0%	20,0%	IFIX
6.Empréstimo aos Participantes	0,0%	0,0%	0,0%	15,0%	IPCA + 6,00% ao ano
CARTEIRA TOTAL	100,00%				IPCA + 4,50% ao ano

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa

(2) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 15.4 da Política de Investimentos 2026-2030

(3) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda variável, que são fundos de índices referenciados em cesta de ações de companhias abertas

(4) Somente via aquisição de cotas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado.

Considerações Finais

Os resultados apresentados neste Anexo devem ser interpretados com parcimônia, como todo modelo quantitativo. Ainda assim, fornecem base técnica consistente para as decisões de macroalocação adotadas pela Funpresp-Jud, reforçando a utilização de métodos robustos, aderentes à legislação e alinhados às melhores práticas de gestão previdenciária.